

1290002542



1290002542



IE

TCC/UNICAMP An89f



UNICAMP

RELATÓRIO FINAL
MONOGRAFIA

**FAMÍLIA E EMPREGO DOMÉSTICO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO
(1992 – 2002)**

ALUNA: Sílvia Antunes

RA: 009895

ORIENTADOR: Eugênia Troncoso Leone

Campinas, 22 de julho de 2005

Sumário:

Resumo	3
Apresentação	4
Parte I: Contexto Econômico, Mercado de Trabalho e Estrutura Familiar	
1) Contexto econômico brasileiro nos anos 90	6
2) Mercado de Trabalho nos anos 90	
2.1) A Informalidade	8
2.2) O Trabalho Feminino	11
2.2.1) A Questão da Desigualdade	13
2.2.2) Emprego Doméstico e Invisibilidade Social	16
3) Estrutura Familiar e Empobrecimento	20
Parte II: Emprego Doméstico e Famílias das empregadas domésticas na RMSP (1992-2002)	
1) Características ocupacionais das domésticas	27
2) Características pessoais das domésticas	40
3) As famílias das empregadas domésticas	44
Parte III: Considerações finais	51
Parte IV: Bibliografia	55
Parte V: Apêndice	58

Resumo:

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro vem aumentando a cada ano e o emprego doméstico remunerado se consolida como principal ocupação das mulheres neste mercado. Partindo desta constatação inicial, o objetivo deste projeto de monografia é estudar as características ocupacionais, pessoais e familiares destas mulheres empregadas domésticas analisando variáveis como rendimento, escolaridade, faixa etária, tempo de serviço, condição na família, tipo de família e outras através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para os anos de 1992 a 2002.

Inicialmente é feita revisão bibliográfica no que concerne ao mercado de trabalho brasileiro, fundamentalmente ao mercado de trabalho feminino e ao processo de reestruturação familiar em um contexto de relativo empobrecimento das famílias urbanas.

A segunda parte se refere ao capítulo empírico do trabalho e várias observações sobre emprego doméstico remunerado na Região Metropolitana de São Paulo no período de 1992 a 2002 são feitas levando-se em consideração variáveis ocupacionais e pessoais destas empregadas domésticas. São salientadas também as principais constatações sobre as mudanças na estrutura familiar destas empregadas domésticas.

Apresentação:

O presente estudo tem por objetivo analisar o comportamento do emprego doméstico e as características pessoais e ocupacionais das empregadas domésticas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo no período de 1992 a 2002. Para isso foi realizada revisão bibliográfica sobre o assunto e tabulação de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que permitem obter um quadro bastante aproximado da situação e inferir tendências importantes desse segmento econômico. Objetiva-se também analisar as características familiares destas empregadas domésticas em um contexto de empobrecimento e mudanças na estrutura familiar.

O estudo está dividido em três partes. À primeira parte do trabalho reserva-se a revisão bibliográfica sobre o contexto econômico no Brasil na década de 90, mercado de trabalho e estrutura familiar. Esta parte está dividida em três itens. O primeiro item faz uma breve caracterização da economia brasileira na década de 90. O segundo item descreve as conseqüências das políticas macroeconômicas do período sobre o mercado de trabalho e está subdividido em mais dois itens. O primeiro trata do processo de informalidade do mercado de trabalho e o segundo das questões da desigualdade e da desvalorização social do emprego doméstico. O terceiro item, por sua vez, descreve as mudanças ocorridas no âmbito familiar brasileiro num contexto de relativo empobrecimento das famílias urbanas.

A segunda parte do trabalho se refere à tabulação de dados da PNAD para os anos de 1992 a 2002 sobre emprego doméstico remunerado na Região Metropolitana de São Paulo. Esta parte está subdividida em três itens empíricos. O primeiro item descreve as características ocupacionais das empregadas domésticas e examina as seguintes variáveis: distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação; taxas de participação, desemprego e ocupação; rendimentos médios por posição na ocupação; ocupados em serviços domésticos segundo tipo de ocupação; rendimentos médios; grau de formalização; jornada semanal de trabalho e tempo de serviço. O segundo item descreve as características pessoais das empregadas domésticas analisando variáveis como faixa etária, escolaridade e raça. O terceiro item empírico, por fim, analisa as características familiares das empregadas

domésticas. São analisadas as seguintes variáveis neste item: posição na família, tipo de família e tamanho médio da família.

A terceira parte do trabalho mostra as principais conclusões e considerações obtidas através da revisão bibliográfica e da análise dos dados da PNAD. Finalmente, a quarta parte está reservada para menção à bibliografia estudada e citada.

Parte I: Contexto Econômico, Mercado de Trabalho e Estrutura Familiar

1) Contexto econômico brasileiro nos anos 90

Desde o início da década de 90 o Brasil tem demonstrado um novo paradigma de crescimento em contraposição ao desenvolvimentismo, cuja base eram a industrialização por substituição de importações e a ampla intervenção do Estado. Esse novo modelo de crescimento, consolidado no período FHC, estabeleceu a concorrência como motor fundamental para o crescimento e para a eficiência econômica. Para isso, foi realizada, no decorrer da década de 90, uma intensa abertura comercial através de diminuição drástica das barreiras não-tarifárias.

Esse processo de liberalização econômica resultou em profundas transformações na estrutura produtiva e inserção externa brasileiras (Carneiro, 2002). O processo de reestruturação produtiva caracterizou-se pela maior participação relativa do capital estrangeiro com um papel menor do capital nacional e com a privatização do setor público estatal. A invasão de produtos importados prejudicou o setor industrial e, conseqüentemente, o emprego ao desestruturar elos importantes da cadeia produtiva. A abertura, portanto, significou especialização da estrutura produtiva em virtude da elevação do coeficiente importado de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998, sem uma contrapartida na ampliação do coeficiente exportado capaz de compensar a perda de mercados domésticos. O crescimento da economia nacional passou, então, a depender mais fortemente das importações e da qualidade de sua inserção externa. O processo de privatização, por sua vez, promoveu uma recomposição patrimonial concentrada em torno de não mais de 30 grandes grupos econômicos, sem promover a necessária ampliação do parque produtivo nacional.

O processo de abertura provocou uma perda de elos das cadeias produtivas nos setores industriais mais dinâmicos fundados no uso mais intensivo de tecnologia e capital, resultando, assim, em uma estrutura produtiva muito menos diversificada e concentrada em segmentos de pouco dinamismo. Portanto, salvo algumas exceções, a indústria brasileira

tendeu a concentrar-se naqueles segmentos direta ou indiretamente dependentes da base de recursos naturais (Carneiro, 2002).

A economia brasileira apresentou crescimento pífio (em torno de 2,7% ao ano) e baixos níveis de investimento durante a década de 90, deixando claro o insucesso do modelo de crescimento neoliberal adotado pelo país. Como consequência, todo esse cenário dos anos 90 causou também importantes transformações no mercado de trabalho. A perda de importância do investimento na indústria mecânica, por exemplo, em razão da desestruturação do setor de bens de capital decorrente da abertura comercial, reflete o prejuízo causado ao setor industrial brasileiro pelo modelo neoliberal, levando à perda de postos formais na indústria e crescimento do setor terciário da economia.

Com o Plano Real e a prioridade dada à estabilidade da moeda, a qual vinha acompanhada de câmbio sobrevalorizado, taxas elevadas de juros reais e ausência de políticas setoriais, assim como das sucessivas ondas de crises financeiras que fragilizaram ainda mais a condução das políticas macroeconômicas neoliberais, não houve a recuperação esperada do mercado de trabalho brasileiro. De fato, acelerou-se o movimento de desassalariamento e de precarização do mercado de trabalho, com regressão do emprego formal e aumento do desemprego e de ocupações por conta própria e sem remuneração. O aumento do desemprego só não foi maior porque as atividades ditas informais (dentre elas, o emprego doméstico) aumentaram muito fortemente durante os anos 90, principalmente no setor de serviços. A expansão do desemprego permite observar um cenário de crescente precarização do mercado de trabalho, com maior participação do setor informal em detrimento de segmentos estruturados e formalizados da economia (Mattoso e Pochmann, 1998).

2) Mercado de trabalho nos anos 90

2.1) A informalidade

O mercado de trabalho urbano, no Brasil, constitui-se ao longo do século XX acompanhando o processo de industrialização e as migrações da população rural. O aumento do emprego na indústria foi acompanhado pelo crescimento do setor de serviços, intimamente vinculado à crescente concentração populacional nas cidades. O setor de serviços passou de 20% da ocupação nos anos 40 para quase 60% nos anos 90.

O baixo nível de escolaridade e os baixos salários da grande maioria da força de trabalho foram se constituindo como características estruturais do mercado de trabalho. Na década de 60, diante de um acelerado processo de industrialização e urbanização, deu-se no meio urbano um crescimento do assalariamento e da formalização das relações contratuais. Porém, ao mesmo tempo, ampliaram-se inúmeras formas de inserção precária: os autônomos e trabalhadores sem registro em carteira (Pochmann, 2001a).

A própria dinâmica da acumulação capitalista foi criando espaços para que a força de trabalho excedente se inserisse, na maioria das vezes, de maneira informal. Este processo ocorreu com uma parte importante do setor de serviços que começa a se desenvolver como alternativa de ocupação no setor informal, especialmente nos setores de distribuição (sobretudo pequenas atividades mercantis) e nos serviços pessoais e domésticos (Pochmann, 2001a).

Dos 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho na década de 90, apenas 8,5 milhões tiveram acesso a algum posto de trabalho, criando-se um contingente de 5,1 milhões de pessoas excedentes. Isto significa que somente 62,5% das pessoas que procuraram uma vaga nos anos 90 encontraram-na. Nesse quadro, cresce o trabalho informal em suas diversas modalidades: assalariados sem carteira, trabalhadores autônomos e pessoas com ocupações esporádicas e precárias. Em 1990, esse conjunto dava conta de 52% da ocupação no país; em 1997, 60,4% dos ocupados eram informais. Durante toda a década de 90, segundo mostra Pochmann, "... a cada dez postos de trabalho criados,

somente dois eram assalariados, e com registro formal. Os demais eram informais” (Pochmann, 2001a).

A principal ocupação criada na década de 90 foi justamente a de emprego doméstico, responsável por 23% de todas as vagas abertas. Seguem-se as de vendedor, construção civil, serviços de asseio e conservação e segurança. Todas elas mal remuneradas e sem contrato. Foram abertos 10 milhões de (sub)empregos na década de 90, mas 16 milhões de brasileiros ingressaram no mercado de trabalho. Além disso, o desemprego nos dias de hoje não atinge apenas os menos qualificados: na cidade de São Paulo há 44 mil trabalhadores de nível universitário desempregados (Pochmann, 2001b).

Com a perda de dinamismo do setor industrial na geração de empregos e o crescimento de ocupações nos serviços, o setor terciário passa a ter peso cada vez maior na ocupação total. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o setor de serviços foi o carro chefe em 2002, sendo responsável por 52% do total de ocupados. Na década de 90, de cada 100 postos de trabalho gerados, 68 encontram-se concentrados no setor de serviços (Pochmann, 2001b). Esta tendência repercute desfavoravelmente no mercado de trabalho pela natureza precária de uma parcela das ocupações do setor terciário, no que diz respeito à estabilidade, segurança e remuneração.

O setor terciário é marcado pela heterogeneidade pois dele fazem parte os maiores salários, mas também as ocupações evidentemente precárias como o emprego doméstico. No entanto, não houve aumento expressivo no valor agregado do setor terciário devido justamente ao aumento considerável das relações informais de trabalho.

Segundo dados do Dieese, entre 1989 e 1999 a contratação flexibilizada, no Brasil, passou de 2,4% para 4,4% para os assalariados terceirizados (Dieese, 2001). A proposta de flexibilização do mercado de trabalho para diminuir o desemprego e a informalidade através da redução dos benefícios trabalhistas tem sido criticada não só por ser ineficaz, como também por intensificar o cenário de precarização do trabalho. Isso pode ser observado pelo alto nível de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, o qual chegou à casa dos 20% da PEA no início de 2003, e pela queda da renda dos trabalhadores no mesmo período, a qual atingiu o valor mais baixo desde 1985. O fato de apenas o emprego doméstico e a construção civil criarem novas vagas na RMSP em fevereiro de 2003 mostra que a precarização persiste mesmo com um mercado de trabalho altamente

flexibilizado, sinalizando que somente uma mudança na política econômica do governo poderá trazer de volta o investimento, o crescimento da economia e o emprego (Seade, 2003).

A precarização do mercado de trabalho, portanto, pode ser visualizada não apenas pelo crescimento das taxas de desemprego, mas também pelo maior número de postos de trabalho informais na economia. O processo de crescimento da informalidade tem sido uma combinação da expansão de setores de atividade tipicamente informais com a generalização desse processo mesmo nos setores típicos em relações formais de trabalho. O recuo do assalariamento, portanto, foi contrabalançado pela ampliação do trabalho autônomo e de outras formas de inserção no mercado de trabalho como, por exemplo, os próprios empregados domésticos, os pequenos empregadores e os trabalhadores familiares sem remuneração (Dieese, 1998). Na RMS, a formalização sofreu uma redução de 54% em 1992 para 45% em 1999. Os empregados sem carteira, por sua vez, apresentaram um aumento, passando de 10,7% em 1992 para 16% em 1999. Outras categorias que sinalizam a maior precarização do mercado de trabalho também apresentaram consideráveis aumentos em sua participação: os conta-própria passaram de 16,9% em 1992 para 19,5% em 1999; os empregadores de 4,2% para 4,4% e, finalmente, o emprego doméstico saltou de 6% para 7,7% (Leone, 2000).

Dados de Pastore (1998) também apontam para este processo de reestruturação do mercado de trabalho:

“... no período entre 1991 e 1996 o número de pessoas que trabalhavam na indústria de transformação diminuiu cerca de 18%, enquanto no setor de comércio e serviços o crescimento foi de 8%. Só no setor de serviços domiciliares o incremento foi de 18%; nos serviços pessoais de 25% e nas atividades de alojamento e alimentação de 22%” (Pastore, 1998).

É importante destacar que as ocupações em serviços pessoais ou domiciliares se caracterizam pelo elevado grau de precarização das condições de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas. Além disso, este segmento se caracteriza por elevada rotatividade no emprego, baixa escolaridade, baixos rendimentos, pela escassa qualificação das funções desempenhadas e pelos altos índices de informalidade. Essas ocupações são próprias de uma sociedade como a brasileira que nos remete à forte herança

escravocrata, ou seja, uma sociedade que se caracteriza pela existência de uma parcela de homens e de mulheres que não tem nenhuma perspectiva de mobilidade ou ascensão social, uma vez que sua função é servir às elites econômicas.

2.2) O Trabalho Feminino

A década de 90 se caracterizou por uma continuidade da inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho. Esta maior participação das mulheres se deveu a vários fatores como necessidade de complementar a renda familiar face ao elevado desemprego masculino e emancipação feminina com mudanças de valores sobre o papel da mulher no ambiente familiar e na sociedade.

No entanto, o maior número de mulheres no mercado de trabalho a partir das décadas de 80 e 90 não veio acompanhado de maior número de vagas. Isto se deve ao contexto econômico de elevado desemprego e fraco crescimento do PIB em que se deu este aumento de participação. A maior participação feminina no mercado de trabalho veio acompanhada de forte desemprego dado que o mercado não foi capaz de absorver o aumento de oferta de trabalho proporcionado pelas mulheres.

Desta forma, a inserção da mulher no mercado de trabalho vem ocorrendo em situações econômicas bastante adversas e o aumento do serviço doméstico remunerado é um resultado dessa deterioração do mercado de trabalho.

Na primeira metade da década de 90 houve redução da participação feminina no emprego formal e crescimento da importância relativa das demais formas de ocupação (Wajnman e Perpétuo, 1997). Esse processo de informalização do mercado de trabalho feminino tem como causa os limites impostos pela oferta de trabalho, reduzida nos últimos anos devido à estagnação econômica e também por fatores pessoais e culturais, o que fica demonstrado pela predominância da participação feminina em categorias específicas, em atividades que exigem requisitos de habilidades, considerados como próprios a serem exercidas pelas mulheres (Kon, 2002).

No período 1989-2001 a proporção de mulheres assalariadas na RMSP diminuiu de 65,4% para 58,1%, redução que teve como contrapartida uma expansão mais intensa do emprego doméstico de uma participação de 15,1% para 18,6% e do trabalho autônomo

(15% para 17%). Essas duas ocupações que apresentaram expansão para as mulheres, no entanto, caracterizam-se por uma relação de trabalho mais informal e vulnerável. O emprego doméstico respondeu por aproximadamente 30% do aumento da ocupação feminina entre 1989 e 2001 na RMSP (Seade, 2002b).

Além disso, o tempo médio de desemprego das mulheres vem crescendo progressivamente ao longo da última década, indicando dificuldades cada vez maiores para encontrar um novo trabalho (Seade, 2001a). Comparando-se homens e mulheres, percebe-se que a inserção feminina em ocupações mais precárias e vulneráveis (sem carteira, autônomas, empregadas domésticas) é muito maior que a masculina: 41,8% das trabalhadoras encontravam-se neste tipo de ocupação em 2000 na RMSP, ao passo que, para os homens a participação era de 30,9% (Seade, 2001b). A redução de postos formais no setor industrial tem expulsado grande número de homens para o setor terciário e para ocupações que têm grande participação feminina, o que prejudica ainda mais a condição da mulher, levando-se em conta sua posição desfavorável na concorrência contra os homens no mercado de trabalho.

As dificuldades causadas pela instabilidade econômica das últimas décadas têm intensificado o movimento de entrada e permanência das mulheres no trabalho remunerado. Isso se verifica pelo fato de que a atividade das cônjuges aumentou de 37,6% no começo da década para 51,3% em 1998, sugerindo que as pressões econômicas (e, claro, também as culturais) estão ficando mais fortes que as responsabilidades familiares (Bruschini e Lombardi, 2002). Na década de 90, a contribuição do trabalho das mulheres cônjuges à renda familiar tem possibilitado menor deterioração dos rendimentos familiares (Montali, 2000). A importância do trabalho da mulher para a renda familiar e até mesmo para impedir que a família passe a enfrentar uma condição de pobreza tem aumentado cada vez mais nos últimos anos dado o elevado desemprego masculino e a contração do salário real dos trabalhadores. Por esse motivo, diferentemente das décadas anteriores, as mulheres que não encontram trabalho retornam em número menor à inatividade. Ao permanecerem desempregadas, ampliaram sua taxa de desemprego em 140,3% entre 1989 e 2000 (Seade, 2001c).

Observamos, portanto, que o crescimento das taxas de participação das mulheres cônjuges está associado ao aumento da taxa de desemprego dos chefes masculinos e à

queda do salário real. O modelo de família baseado no chefe provedor mostrou-se, assim, inviável frente às dificuldades econômicas de nosso país que obrigam, para a sobrevivência ou manutenção de um padrão de vida da família, maior esforço coletivo, ou seja, maior divisão entre os membros para a composição da renda familiar (Seade, 2002d). O rendimento médio familiar, por exemplo, decresceu 9,1% em 2001, redução menos intensa, portanto, que a do rendimento médio dos chefes de família (11,7%), no mesmo período. Isso, em grande medida, decorre do aumento da contribuição feminina na renda familiar e da queda menos expressiva do rendimento médio das mulheres ocupadas quando comparado ao dos homens. Em 1994, o rendimento médio dos chefes de família correspondia a 57% da renda média familiar, diminuindo para 51,7% em 2001 (Seade, 2002a).

A participação feminina no mercado de trabalho, portanto, apesar de vir acompanhada de elevado desemprego e inserção precária em nichos com baixos salários e elevada informalidade, tem uma importância fundamental na manutenção da renda familiar e na tentativa de manter a família fora da condição de pobreza.

2.2.1) A Questão da Desigualdade

É inegável que a inserção da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas significou uma importante transformação na sociedade brasileira, tanto no âmbito do trabalho quanto também no da família. A participação de mulheres casadas, com alta escolaridade e com filhos no mercado de trabalho, indica que a necessidade de complementar o orçamento familiar não é a única explicação para o ingresso das mulheres na atividade produtiva. No entanto, esse processo de feminização do mercado de trabalho não significou maior igualdade entre homens e mulheres, pelo contrário, as desigualdades sociais ligadas ao sexo/gênero persistem.

As desigualdades no mundo do trabalho são facilmente observáveis. A própria distribuição das mulheres no mercado de trabalho reproduz as tendências observadas na divisão sexual do trabalho. Os setores que absorvem com mais intensidade o trabalho feminino no Brasil são o de prestação de serviços, comércio e o social, setores que incluem ocupações precárias de baixa remuneração. Desse modo, a inserção das mulheres no

mercado de trabalho é crescente, mas em setores “femininos”, que agregam funções que reproduzem o papel das mulheres no cuidado da família e na organização do espaço e do tempo, o que, pelo valor que é dado na sociedade a essas ocupações, reforça as desigualdades salariais e de carreira.

A situação da mulher no mercado de trabalho na década de 90 é assim captada por Bruschini:

“O novo contingente de trabalhadoras é agora composto por mulheres mais velhas e casadas, mas suas novas responsabilidades não as eximem das familiares e maternas. Ao contrário, qualquer que seja sua situação laboral, elas seguem sendo as responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos e à família em geral. (...) É desta condição de gênero que resulta, para as mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho” (Bruschini, 2000: 56).

Apesar da consolidação de novos espaços ocupacionais femininos, ainda há, portanto, associação entre inserção ocupacional das mulheres e papel exercido por elas no espaço privado. Esse é o caso das médicas pediatras que reúnem o caráter promissor e socialmente valorizado dessa ocupação e o caráter de papel tradicional das mulheres que é o cuidar de crianças (Seade, 2002c). Apesar da tendência de crescimento da participação das mulheres na quase totalidade das categorias de assalariados, as transformações estruturais na composição ocupacional foram lentas nas duas últimas décadas (Kon, 2002).

As diferenças entre homens e mulheres, assim, ao serem transformadas em desigualdade, advindas tanto do sistema de divisão social do trabalho quanto do de divisão sexual do trabalho, acabam por se traduzir em acessos desiguais a oportunidades. Desta forma, a questão da desigualdade passa mais pela dificuldade de acesso das mulheres a postos de maiores salários e maior prestígio.

O diferencial de salários entre homens e mulheres é outro fator que confirma a desigualdade entre sexos no mercado de trabalho. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o rendimento médio das trabalhadoras, em 2000, correspondia a 62% daquele obtido pelos homens ocupados. Já quando se insere o fator raça conclui-se que a mulher negra é a que apresenta inserção mais precária dentre todos os ocupados: recebia em 2000, na Região Metropolitana de São Paulo, o equivalente a 33,3% do rendimento médio dos homens não-negros (Seade, 2001b). Mesmo quando se analisa o rendimento/hora, já que a

jornada de trabalho feminina é menor que a masculina, as mulheres recebem menos que os homens. No ano de 2000, na RMSP, o rendimento hora das mulheres equivalia a 74,6% do recebido pelos homens. Portanto, apesar da diminuição da desigualdade de rendimento entre os sexos (já que em 1989 as mulheres recebiam um rendimento hora equivalente a 64% do dos homens), ainda persiste o diferencial de salário (Seade, 2002a).

Além de rendimentos menores, as mulheres apresentam também maiores taxas de desemprego¹. Quando se observa a Região Metropolitana de São Paulo no período de 1989 a 2000, a taxa de desemprego das mulheres passou de 10,6% para 20,9%. Esse crescimento está associado à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho na última década. Como a expansão do número de postos de trabalho não ocorreu na mesma proporção que o aumento do número de mulheres que entraram no mercado, parte desse crescimento de oferta de mão-de-obra vem se refletindo nas taxas de desemprego. Já entre os homens, a taxa de desemprego aumentou de 7,5% para 15% no mesmo período. Diferentemente das mulheres, foi a redução das oportunidades de inserção da população masculina que resultou em aumento da taxa de desemprego, uma vez que para os homens, houve decréscimo da taxa de participação na década de 90 (Seade, 2001a). Em 2000, na RMSP, 52,4% dos desempregados eram mulheres e além disso, para igual nível de escolaridade, as taxas de desemprego são sempre mais elevadas para as mulheres. Esses dados confirmam, então, que a condição de desemprego atinge muito mais fortemente as mulheres do que os homens (Seade, 2001b).

A condição desigual da mulher no mercado de trabalho, confirmada por seu menor rendimento e maior taxa de desemprego, é ratificada pelas ocupações precárias que absorvem grande parte das trabalhadoras.

Concluimos, portanto, que o cenário do mercado de trabalho feminino, apesar de ter sofrido importantes (e até certo ponto, positivas) mudanças, ainda é um retrato da desigualdade entre homens e mulheres. As dificuldades econômicas por que passa o país afetaram muito a condição da mulher no trabalho, tornando ainda mais visível os fatores culturais e tradicionais que significaram a transformação das diferenças entre homens e

¹ As taxas de desemprego das mulheres na América Latina (doze países que compreendiam 91% da PEA total urbana), em 1998, superavam a dos homens em quase 50% (SEADE, 2001c).

mulheres nas desigualdades presentes em vários âmbitos da vida social, dentre eles o mercado de trabalho.

2.2.2) Emprego doméstico e invisibilidade social

O segmento de emprego doméstico corresponde a uma das maiores categorias ocupacionais entre as trabalhadoras brasileiras. No entanto, essa categoria é caracterizada por relações frágeis de trabalho e por especificidades que explicitam os papéis tradicionais e a desigualdade ainda impostos às mulheres. É uma categoria caracterizada por baixos salários e elevada desvalorização social.

O emprego doméstico, pelo seu próprio conceito (serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família, no âmbito residencial destas), é uma categoria ocupacional bastante específica porque ao contrário da maioria das demais ocupações, não é organizada de forma capitalista. As atividades se realizam no interior de residências particulares e as patroas/patrões não são empresários. O contrato de trabalho firmado define que os empregados realizem tarefas cujo produto é consumido diretamente pelas famílias. Esses bens/serviços não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas sim rendas pessoais (Melo, 1998).

Essa especificidade do emprego doméstico estabelece uma relação pessoal/servil entre empregado e patrão no espaço de trabalho, remetendo à nossa herança escravocrata, ou seja, à idéia de que o empregado doméstico, no mundo urbano e industrializado, é uma extensão do escravo. A relação no trabalho doméstico remunerado no Brasil é, portanto, uma herança da Casa Grande e Senzala. A doméstica tem hoje direitos como salário, férias e carteira assinada, mas a figura da escrava-mucama, em muitos aspectos, reaparece nas relações presentes nesse tipo de ocupação.

A especificidade do setor de serviços domésticos é tão marcante que há até mesmo uma legislação específica para regulamentar suas funções. Apesar de discussões atuais para mudar a situação legal das domésticas, estas trabalhadoras são excluídas da CLT e regidas por essa legislação especial de 1972 a qual, no entanto, define apenas alguns direitos legais (seguro desemprego e FGTS, por exemplo, não são plenamente assegurados para os domésticos) (Melo, 1999). Portanto, apesar das transformações que estão tornando a

relação no emprego doméstico menos pessoal e cada vez mais profissional², a ocupação doméstica ainda apresenta as especificidades que a tornam um reduto de precariedade e desvalorização social no mercado de trabalho feminino.

O caráter não lucrativo do emprego doméstico faz com que este seja um importante reduto de trabalho feminino, já que as mulheres continuam relegadas a serem as únicas responsáveis pela família e por todos os aspectos da vida humana como cozinhar, lavar e cuidar de crianças e velhos. Portanto, apesar do avanço do movimento feminista, a percepção da sociedade sobre o trabalho doméstico não foi alterada, permanecendo sua realização como uma obrigação feminina (Melo, 1999).

Como esse serviço constitui culturalmente o lugar das mulheres e a execução das tarefas domésticas não exige nenhuma qualificação, é um refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, sendo assim desvalorizado pela sociedade em geral e pelos próprios empregados domésticos que carregam o estigma da desvalorização e só permanecem nesse setor por falta de opção. Segundo Hildete de Melo, a maior preocupação das domésticas não é com o salário, mas com a valorização de seu trabalho. Depoimentos de algumas domésticas³, reforçam a afirmação de que o emprego doméstico é imposto às mulheres como uma opção de trabalho para aquelas que não encontram melhores chances no mercado de trabalho.

A literatura sócio-econômica reconhece que o serviço doméstico remunerado é a pior ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Não é à toa que 30,8% das mulheres negras ocupadas (levando-se em conta que os negros são menos qualificados porque encontram mais dificuldade no acesso à educação e ao mercado) são domésticas, ao passo que entre as não-negras esta parcela corresponde a 14% (Seade, 2001b). Tal dado permite sugerir que, no Brasil, as negras passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico e que o rosto do emprego doméstico no Brasil é feminino e negro (Melo, 1998).

² Segundo o IBGE, a participação das empregadas que moram na casa do patrão, a fiel e eterna empregadinha do Brasil, passou de 13,6% em 1993 para 8,2% em 1998.

³ como Angelina de Itabuna na Bahia “As pessoas discriminam a doméstica porque acham que é fácil cuidar da casa e dos filhos dos outros, não dão valor ao trabalho braçal e sim ao que exige inteligência” e as personagens do filme *Domésticas, o filme* (2001) Roxane “Eu não sou doméstica! Eu estou doméstica, e é por pouco tempo” e Cida “Ser doméstica é uma sina, mesmo. Ninguém deseja ser doméstica”. (depoimentos obtidos da revista *Maria, Maria* (2002) e do filme *Domésticas, o filme* (2001) dirigido por Fernando Mcirelles e Nando Olival).

No início da década de 90, o emprego doméstico ocupava o quinto lugar entre as principais ocupações das mulheres e em 2001 tornou-se o segundo tipo de trabalho, sinalizando que em conjunturas econômicas desfavoráveis o crescimento do emprego se dá fundamentalmente em setores precários da economia como o serviço doméstico remunerado. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o crescimento do emprego doméstico entre 1989 e 2001 foi de 64,5%, respondendo por aproximadamente 30% do aumento da ocupação feminina no período (Seade, 2001a). Em 2002, na mesma região metropolitana, a ocupação feminina aumentou apenas nos serviços e nos serviços domésticos que cresceram 1,6% e 1,1% respectivamente em comparação com o ano anterior. Essa precariedade do segmento de serviços doméstico pode ainda ser constatado através da análise de três indicadores: grau de formalização, rendimentos e jornada de trabalho.

Em meio a um elevado grau de precarização das relações de trabalho nesta última década, constata-se que aumentou o grau de formalização das domésticas brasileiras. Em 1993, 15,9% das domésticas tinham carteira de trabalho assinada, enquanto em 1998 esse indicador passou para 23,4% (apesar do aumento, quase 77% das empregadas domésticas continuam sem registro em carteira). Esse aumento se deveu principalmente ao incremento do assalariamento da região Sudeste, o que expressa o maior dinamismo da economia local e talvez um maior nível de organização das trabalhadoras domésticas na sociedade (Melo, 1999).

Observa-se também uma melhoria nos rendimentos dos trabalhadores domésticos. Em 1993, 63% das mulheres empregadas domésticas tinham rendimentos mensais superiores a meio salário mínimo. Em 1998, houve um aumento significativo para toda a categoria. Nesse ano, 86% das mulheres passaram a ganhar mais de 0,5 salário mínimo, um aumento de 23 pontos percentuais quando comparado a 1993. Segundo Liberato (1999) essa melhoria dos rendimentos se deveu ao crescimento da formalização ocorrida no período. Na Região Metropolitana de São Paulo também se constatou aumento de rendimento para as empregadas domésticas na última década. No entanto, apesar do aumento, as domésticas, quando comparadas às assalariadas, possuem um rendimento muito menor. Em 2001 as empregadas domésticas recebiam um valor correspondente a 45,1% do que recebiam as assalariadas, ou seja, menos da metade (Seade, 2002b). Dentro

da categoria, as empregadas mensalistas continuam ganhando bem mais do que as sem carteira, que têm os rendimentos mais baixos entre todas as formas de inserção das mulheres na RMSP (Seade, 2002b).

O relativo aumento do emprego doméstico na RMSP também se deve ao fato de que cada vez mais, mulheres qualificadas de alta renda, ao se inserirem no mercado de trabalho, demandam pessoas para realizarem os serviços de casa e para cuidarem de suas crianças e idosos. Esta tendência explica o aumento na formalização do emprego doméstico e na participação de mulheres mais maduras que encontram neste segmento uma opção permanente de trabalho (Leone, 2003).

A jornada de trabalho dos trabalhadores brasileiros é muito superior aos padrões internacionais, mas no caso do serviço doméstico remunerado no Brasil, a situação é muito mais perversa. O serviço doméstico remunerado não é caracterizado por longas jornadas de trabalho como seria de se esperar, mas por uma intensidade e desgaste muito maiores que em outras profissões. Daí a jornada de trabalho de 45 horas semanais ser mais perversa no caso do serviço doméstico do que em outras posições. É uma categoria que exige muito esforço físico para as mulheres que o realizam. Além disso, muitas destas mulheres realizam dupla jornada, o que piora ainda mais suas condições de vida. Em 1997, 47% das empregadas domésticas trabalhavam mais de 45 horas por semana e 28% delas por mais de 49 horas (Bruschini e Lombardi, 2002). Grande parte destas mulheres, no entanto, devem ser mensalistas que moram com seus patrões e, portanto, declaram jornadas de trabalho elevadas, de mais de 45 horas semanais. No entanto, também houve melhorias em relação à jornada de trabalho. Na Região Metropolitana de São Paulo, a jornada semanal média do trabalho doméstico teve redução de cinco horas (de 42 para 37 horas) (Seade, 2002b). Esta redução da jornada de trabalho pode estar relacionada à diminuição no número de empregadas domésticas que moram com seus patrões.

A caracterização do setor de serviços domésticos, portanto, inclui basicamente os fatores que determinam sua precariedade, desde fatores culturais e tradicionais até fatores como intensidade de trabalho/dupla jornada, rendimento e formalização da relação de trabalho. Conclui-se que essa atividade é uma das principais categorias ocupacionais de mulheres que têm opções limitadas de inserção no mercado de trabalho devido a seu baixo nível de qualificação. Socialmente, o exercício dessas tarefas requer apenas as habilidades

que fazem parte do “ser mulher”, ou seja, do ser mãe e dona de casa, o que torna o segmento de serviços domésticos ainda mais desvalorizado pela sociedade.

3) Estrutura Familiar e Empobrecimento

O objetivo deste item é analisar as principais mudanças e tendências no que se refere à estrutura da família brasileira e, principalmente, à estrutura da família das empregadas domésticas. Para o estudo das famílias no empregado doméstico remunerado foi tabulada uma série de dados, que será apresentada na parte II deste trabalho, indicando que apesar de suas peculiaridades a estrutura familiar das empregadas domésticas parece seguir a tendência de mudanças que ocorre nas famílias brasileiras em geral.

As principais mudanças ocorridas na estrutura familiar brasileira nas últimas décadas foram uma diminuição do tamanho médio da família e uma maior heterogeneidade dos arranjos familiares. A diminuição do tamanho das famílias se deve à tendência de queda da fecundidade das mulheres, causando a diminuição da família e do número de pessoas na posição de filho ou filha. Além disso, esta diminuição também pode estar relacionada ao aumento no número de arranjos decorrente do aumento das separações e divórcios e do número de filhos que passam a viver sozinhos em seus próprios domicílios e a constituírem suas próprias famílias. Os grandes arranjos familiares de antigamente começam a se desagregar em arranjos cada vez menores.

A maior proporção de famílias que não se enquadram na estrutura nuclear tradicional se deve, principalmente, ao aumento no número de famílias unipessoais constituídas por mulheres sozinhas. Houve também aumento no número de famílias chefiadas por mulheres que, ao se divorciarem ou serem abandonadas por seus companheiros, têm que arcar sozinhas com o ônus de manter financeiramente a família e de cuidar de seus filhos e idosos. O crescimento do tipo “mulher com filhos” revela-se como uma das principais causas do aumento da heterogeneidade dos arranjos familiares no Brasil (Medeiros e Osório, 2002: 6). A tabela 2, elaborada através de dados de Medeiros e Osório (2002), explicita melhor estas tendências na estrutura familiar brasileira.

Observamos na tabela 1 que o número de pessoas classificadas como *filho* nas famílias teve uma queda considerável de 7 pontos percentuais, evidenciando a tendência de

queda na taxa de fecundidade das mulheres e conseqüente diminuição no tamanho das famílias. Em contrapartida observamos um aumento no número de chefes de família e cônjuges, impulsionado pela maior proporção de famílias unipessoais, principalmente constituídas por mulheres sozinhas, e por famílias constituídas por casais sem filhos.

Tabela 1
Proporção de pessoas segundo a relação com o chefe do arranjo domiciliar – Brasil
1978-1998

	Chefe	Cônjuge	Filho	Outro Parente	Agregado Pensionista	Empregado	Total
1978	20,5	16,4	51,7	7,8	2,7	0,9	100
1985	23,1	17,7	50,7	7,3	0,6	0,6	100
1990	24,2	18,3	48,4	8	0,7	0,5	100
1995	25,6	18,7	45,9	8,8	0,6	0,4	100
1998	26,5	19	44,5	9,2	0,5	0,3	100

Fonte: elaboração própria através de dado de Medeiros e Osório (2002)

A queda no número de pessoas na posição de filho(a) também pode estar relacionada a mudanças na estrutura etária da população brasileira. A pirâmide etária brasileira encontra-se numa posição intermediária em que grande parte da população está situada na faixa adulta entre 25 e 60 anos, ou seja, numa faixa em que as taxas de união (casamento) são maiores. Esta tendência, também ligada ao fator de queda da natalidade, também explica o fato de mais pessoas estarem situadas na posição de chefe de família ou cônjuge e não mais na posição de filho ou filha. As taxas de união entre os mais jovens, na faixa dos 15 e 19 anos, e entre os mais velhos, maiores de 60 anos, tiveram aumento em contraposição a queda da taxa de união entre os adultos, o que também explica a formação de novos arranjos familiares e, portanto, o maior número de pessoas na posição de chefe ou cônjuge (Medeiros e Osório, 2002).

Outra categoria que teve aumento foi a de *Outro Parente*, sinalizando para a tendência de maior heterogeneidade das famílias brasileiras. Este *outro parente* pode ser constituído pelo neto que mora com a mãe (*filha*) e com o avô (*chefe de família*) e avó

(*cônjuge*) quanto pelo genro que mora com a mulher (*filha*) e com o sogro (*chefe*) e sogra (*cônjuge*). Estes tipos de arranjo familiar tornam-se cada vez mais comuns, principalmente entre famílias mais pobres.

Outro dado interessante a se extrair desta tabela é a diminuição de pessoas classificadas como *empregado*. Apesar de sua proporção ser muito pequena, dificultando análises estatísticas mais apuradas, sua queda está de acordo com a tendência já citada de que o número de empregadas domésticas que moram com seus patrões vem diminuindo gradativamente, abrindo espaço para as diaristas que mantêm uma relação mais distante com seus patrões.

As mulheres têm um papel fundamental nas mudanças ocorridas na estrutura familiar brasileira nos últimos anos. O número de arranjos familiares constituídos por um casal diminuiu nas últimas décadas em decorrência principalmente do aumento dos arranjos nucleares simples femininos. A proporção de arranjos nucleares simples femininos passou de 13,6% em 1977 para 20,9% em 1998, um crescimento considerável de 7,3 pontos percentuais (Medeiros e Osório, 2001: 24). Além disso, houve aumento na chefia feminina nos domicílios, que passou de 14% de chefes constituídos por mulheres em 1978 para 25,9% em 1998 (Medeiros e Osório, 2001: 30). Estas mulheres chefes de família são viúvas com mais de 60 anos, mulheres separadas ou divorciadas e mães solteiras jovens, ou seja, mulheres que pertencem a famílias predominantemente pobres. Há também as mulheres sozinhas que correspondem a 17,9% dos domicílios comandados por mulheres (Melo, 2005).

Apesar de todas estas mudanças, a estrutura familiar brasileira ainda é majoritariamente constituída por casais com filhos. Segundo Medeiros e Osório: “Os dois tipos mais comuns em todo este período são, em primeiro lugar, os arranjos domiciliares constituídos por membros de uma única família ... cujo núcleo é formado por um casal ..., representando em 1978, 73,97% e em 1998, 67,01% do total. Em segundo lugar vêm os arranjos ... em que o núcleo é formado por uma mulher, com 10,29% em 1978 e 13,87% em 1998. Somados, esses dois tipos representam, em 1978, mais de 84% dos arranjos domiciliares, mas caem para pouco mais de 80% em 1998, o que mostra um ligeiro aumento da heterogeneidade dos tipos de arranjo ao longo do tempo” (Medeiro e Osório, 2001: 32).

A caracterização da família brasileira e, principalmente, da família das empregadas domésticas, deve incluir também a questão da pobreza e de seu relativo crescimento nas grandes metrópoles brasileiras nos últimos anos da década de 90.

A questão da pobreza no Brasil tem sido tema de incansáveis debates sobre suas causas, características fundamentais e sobre propostas para sua eliminação. Não cabe neste trabalho aprofundar este debate, mas sim relacionar pobreza com as questões aqui levantadas que são as posições precárias no mercado de trabalho feminino (emprego doméstico remunerado) e a importância do trabalho da mulher no provento de sua família.

Nos últimos anos os indicadores de pobreza mostraram uma redução com a porcentagem de pobres caindo de 43% em 1981 para 34% no final da década de 90 (Barros, Henriques e Mendonça, 2001). O que piorou nos últimos anos foi a distribuição de renda, que tem um efeito cruel sobre os mais pobres pois estes ficam ainda mais pobres enquanto os ricos, mais ricos. Apesar de em menor número a renda dos pobres em 2002 se situava em 44% abaixo da linha de pobreza enquanto em 1981 se situava em 41% abaixo da linha de pobreza (Henriques e Mendonça, 2001).

É inegável que houve melhorias nos indicadores de pobreza nos últimos anos com redução nos níveis de mortalidade infantil e nos níveis de desnutrição. No entanto, observa-se um processo de urbanização da pobreza dando forma a um novo retrato pobre no Brasil. Este retrato nos mostra um rápido processo de *favelização* das cidades, maiores índices de violência e desemprego. Além disso, a queda do salário real e o elevado desemprego nas grandes metrópoles não atingem somente os pobres, mas também grande parte da população situada no estrato médio da pirâmide de rendimentos. Desta forma, o processo de urbanização da pobreza, com seu novo retrato de elevado desemprego e queda do salário real, tem provocado um rápido empobrecimento da classe média brasileira (Quadros, 2003).

Desta forma, apesar da diminuição do número de pobres, a pobreza metropolitana se mostra bastante cruel com elevados níveis de violência, desemprego e aumento da desigualdade social.

Esta tendência de urbanização/metropolização da pobreza está bastante vinculada ao peso relativo da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo que atraiu enormes ondas migratórias com seu dinamismo econômico, mas foi incapaz de absorver todo este

contingente que acabou relegado à periferia e às vagas mais precárias no mercado de trabalho.

A incidência de pobreza é maior entre os desempregados, os que têm emprego informal e os autônomos. Segundo dados da PNAD 1996, 22% dos pobres são empregados informais e 37% são autônomos (Banco Mundial, 2001: 6 e 7).

Desta forma, as mudanças estruturais do mercado de trabalho de maior informalização das relações de trabalho, queda no número de vagas na construção civil e indústria de transformação que absorviam grandes contingentes de pessoas de baixa qualificação e aumento do desemprego aberto penalizaram de forma mais acentuada os pobres das grandes cidades.

A inserção da mulher no mercado de trabalho veio como resposta a estas mudanças que sinalizavam para a queda do rendimento real e do bem-estar da família.

Segundo Paes de Barros e Mendonça, o desemprego do chefe de família eleva o nível de participação das esposas no mercado de trabalho de 5 a 40% (Barros e Mendonça, 1989). Os dados de Paes de Barros e Mendonça apesar de não se referirem à década de 90 mostram claramente a necessidade de a mulher se inserir no mercado de trabalho quando seu cônjuge se encontra desempregado. Quando o chefe está empregado no mercado de trabalho, a taxa de ocupação da mulher é de 36,9%, enquanto se o chefe se encontra desempregado a taxa de ocupação feminina sobe para 42,1%, ou seja, um aumento de 5 pontos percentuais (dados PNAD 1985 para a Região Metropolitana de São Paulo).

Montali, em estudo de 2004 sobre rearranjos familiares, precarização do mercado de trabalho e empobrecimento, também aponta para esta tendência de maior participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho como forma de fazer frente a uma situação de desemprego de seus companheiros. Segundo a autora: “Uma tendência comum a todos os tipos de família é o aumento da participação da cônjuge na renda familiar. Com o alto índice de desemprego, a crise econômica e a desvalorização do salário, as cônjuges vêm participando crescentemente de atividades no mercado de trabalho, aumentando assim sua participação na renda da família, enquanto a participação dos chefes masculinos na renda familiar, bem como a dos filhos, apresentam tendência de redução no período” (Montali, 2004: 11).

Desta forma, o trabalho da mulher cada vez mais assume grande importância no âmbito familiar como forma de sustentar a renda média da família e evitar que esta muitas vezes caia numa situação de pobreza.

A mulher encontra-se também mais suscetível à pobreza devido a maior dificuldade de se alcançar cargos de maiores salários, mas também ao fato de que a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e com aumento das taxas de desemprego (Melo, 2005: 14).

O fato de o desemprego feminino ser consideravelmente maior que o masculino, de o rendimento da mulher ser cada vez mais importante para o sustento de sua família e de o número de famílias chefiadas por mulheres estar aumentando cada vez mais, significa que as mulheres aceitam postos de trabalhos precários para sobreviver com sua família ao não achar vagas mais qualificadas e com maiores salários. A necessidade cada vez maior de trabalhar faz com que as mulheres aceitem a informalidade e os baixos salários de ocupações como o emprego doméstico remunerado.

É desta forma que o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado que proporciona os menores rendimentos da sociedade. As mulheres chefes de família são mais vulneráveis à pobreza devido à dificuldade de se conciliar trabalho fora de casa com os afazeres domésticos e aos menores rendimentos auferidos (Melo, 2005).

O serviço doméstico remunerado é uma das principais ocupações da mulher, “o que exprime com clareza o drama da pobreza feminina, pois esta ocupação aufere ainda a pior remuneração das atividades econômicas e estão alocadas nesta ocupação, aproximadamente 19% das trabalhadoras brasileiras. ... o grande exército de mulheres urbanas pobres exerce esta atividade (particularmente, o serviço doméstico remunerado)” (Melo, 2005: 34 e 35).

As mulheres pobres estão mais inseridas no nicho de prestação de serviços do que as mulheres não-pobres. O fato de o emprego doméstico remunerado pertencer ao nicho de prestação de serviços e ser realizado fundamentalmente por mulheres pobres talvez explique o fato de a porcentagem de mulheres pobres neste nicho ser 13 pontos percentuais maior que a porcentagem de mulheres não pobres, ou seja, 36% das mulheres pobres estão inseridas no segmento de prestação de serviços enquanto no caso das não-pobres esta porcentagem cai para 23%.

Observamos que entre as mulheres pobres os nichos ocupacionais principais são *Agropecuária e Prestação de serviços* (incluindo serviço doméstico remunerado) totalizando 66% das mulheres pobres enquanto para as não pobres estes mesmos nichos ocupacionais totalizam 33%, ou seja, 33 pontos percentuais a menos. As mulheres não pobres se inserem nos nichos *Administrativo e Técnico, científico e artístico* que proporcionam maiores salários e melhores condições de trabalho. Neste segmento estão inseridas 17% das mulheres não-pobres. Em contrapartida, apenas 3% das mulheres pobres estão ocupadas neste ramo.

Concluindo, a maior participação da mulher no mercado de trabalho tem grande importância ao impedir que a renda familiar caia a ponto de levar a família para uma condição de pobreza, mas esta maior participação apesar de seu papel relevante como contraponto à queda do salário real, ocorreu num contexto econômico adverso de elevado desemprego e elevada desregulamentação do mercado de trabalho. Deste modo, houve uma concentração da participação feminina em segmentos menos organizados da economia, com maior ocorrência de contratos informais e baixos salários como é o caso do serviço doméstico remunerado. A inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu, portanto, em nichos ocupacionais que as submetem mais a condições de pobreza e a baixa qualidade de vida.

Parte II: Emprego Doméstico e Família das Empregadas Domésticas na Região Metropolitana de São Paulo (1992 – 2002)

Nessa seção serão analisados os dados tabulados da PNAD referentes às características ocupacionais, pessoais e das famílias das empregadas domésticas na Região Metropolitana de São Paulo no período de 1992 a 2002.

1) Características Ocupacionais das domésticas

Este item tem por objetivo estudar as características ocupacionais das mulheres no mercado de trabalho e, principalmente, das mulheres empregadas domésticas na RMSP no período de 1992 a 2002.

Tabela 2
Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação e sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002

Posição na ocupação	1992		2002	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Emprego Formal	62,9	61,0	51,9	49,1
Emprego não-formal	12,2	10,2	19,8	16,1
Trabalho Doméstico	0,6	14,8	0,8	17,0
Conta-própria	18,8	12,1	22,0	14,5
Empregador	5,4	1,9	5,6	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2002

A tabela 2 nos mostra que houve uma redução do emprego formal tanto para homens quanto para as mulheres, mas para elas esta queda foi mais intensa. O emprego formal caiu 17,5% para os homens, mas para as mulheres esta queda foi de 19,5%, ou seja, maior em 2 pontos percentuais. Estes dados mostram que a mulher se encontra mais sujeita a postos de trabalho mais precários seja pelo fato de ter maiores dificuldades de acesso a postos de maior prestígio e salário, seja pelo fato de sua inserção ter ocorrido em momentos de dificuldades econômicas e, conseqüentemente, de forte desemprego no mercado de trabalho.

Em contrapartida à redução do emprego formal, houve um forte aumento do emprego não-formal por volta de 60% tanto para homens quanto para mulheres. O aumento do emprego não-formal está ligado ao processo de informalidade e precariedade do mercado de trabalho que vem ocorrendo nos últimos anos como consequência da política macroeconômica recessiva e do elevado desemprego aberto em nosso país.

Em relação ao emprego doméstico propriamente dito, houve crescimento no período de 1992 a 2002 seguindo a tendência atual de aumento de vagas informais e precárias no mercado de trabalho. Em 1992, 14,8% das mulheres se ocupavam neste segmento enquanto em 2002 esta porcentagem passou para 17,0%, ou seja, um aumento de 2,2 pontos percentuais. Esta tabela também nos mostra que o emprego doméstico remunerado é uma atividade tipicamente feminina com menos de 1% dos homens ocupados neste segmento tanto em 1992 quanto em 2002.

Observa-se que apenas segmentos ligados à informalidade tiveram aumento entre os anos analisados de 1992 e 2002 que são os casos de empregados não-formais, trabalhadores domésticos e conta-própria.

Tabela 3
Taxas de participação, desemprego e ocupação por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002

Indicadores de mercado de trabalho	1992		2002	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Taxas de Participação	73,4	44,0	72,7	52,3
Taxas de desemprego	9,2	13,0	11,7	16,6
Taxas de Ocupação	66,7	38,3	64,3	43,6

Fonte: PNADs 1992 e 2002

A primeira constatação que abstraímos da tabela 3 é a queda da participação do homem no mercado de trabalho e aumento da participação feminina entre 1992 e 2002. No caso dos homens houve uma pequena queda de menos de 1 ponto percentual, mas no caso das mulheres houve uma mudança considerável, um aumento de participação de 8 pontos percentuais no período analisado. A queda na participação dos homens no mercado de trabalho muito se deve à diminuição de vagas na indústria durante o processo de

reestruturação produtiva. Em contrapartida à diminuição da participação masculina, houve aumento do número de mulheres no mercado de trabalho que resultou no aumento da participação feminina.

Ao contrário da taxa de participação, o desemprego aumentou tanto para homens quanto para mulheres na RMSP entre 1992 e 2002. No entanto, o desemprego feminino continua bem maior que o masculino. Em 2002, por exemplo, o desemprego feminino era 5 pontos percentuais maior que o masculino. O elevado desemprego feminino se deve ao já comentado fato de que as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho em momentos de forte adversidade econômica. Desta forma, o mercado não conseguiu absorver a grande demanda feminina por trabalho, ocasionando, assim, elevadas taxas de desemprego.

No caso dos homens, o desemprego é menor que o feminino devido a vários fatores, mas o fato de a participação masculina ter diminuído enquanto a das mulheres aumentado no mercado de trabalho em um momento de forte adversidade pode ser um importante fator para explicar esta constatação. Também houve aumento do desemprego para os homens, mas este mais se deve ao fechamento de postos de trabalho, principalmente na indústria, do que ao grande aumento de oferta de mão-de-obra em um momento de constrição de demanda.

Tabela 4
Rendimentos médios por posição na ocupação e sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002

Posição na ocupação	1992			2002		
	Homem	Mulher	Razão H/M	Homem	Mulher	Razão H/M
Emprego Formal	5,3	4,0	1,3	5,7	5,1	1,1
Emprego não-formal	2,6	2,3	1,1	3,2	3,4	0,9
Trabalho Doméstico	1,4	1,4	1,0	2,3	2,0	1,2
Conta-própria	4,2	3,7	1,1	5,3	4,0	1,3
Empregador	10,5	8,4	1,3	15,5	12,3	1,3
Total	5,0	3,5	1,4	5,6	4,3	1,3

Fonte: PNADs 1992 e 2002

Na tabela 4, a precariedade do emprego doméstico se torna evidente ao constatarmos que esta ocupação é a que recebe os menores salários do mercado de trabalho. O rendimento médio do emprego doméstico é 61,5% menor que o salário do emprego formal em 2002 para o caso das mulheres.

Observamos também que as ocupações informais, que mais tiveram crescimento no período de 1992 e 2002, são as que possuem os menores rendimentos. As ocupações de *emprego formal* e de *empregadores*, que sofreram queda no período analisado, possuem os melhores rendimentos médios do mercado de trabalho.

Esta tabela também nos mostra que as mulheres possuem rendimentos médios inferiores aos dos homens em todas as ocupações do mercado, com exceção do emprego não-formal em 2002. No caso do emprego formal, o rendimento médio das mulheres em 2002 é aproximadamente 10% inferior ao dos homens. Isto se deve muito ao fato de que as mulheres têm maior dificuldade em atingir cargos de maior prestígio e, portanto, de maiores salários.

No entanto, observamos através da razão entre os rendimentos masculinos e femininos, que a diferença de rendimento entre homens e mulheres diminuiu no período, exceto para o emprego doméstico, conta-própria e empregador. Segundo afirmam Baltar e Leone “Esse maior aumento dos rendimentos médios femininos ocorreu com a mencionada ampliação da participação e do desemprego das mulheres. O maior aumento dos rendimentos femininos fez cair a diferença entre os rendimentos masculinos e femininos de 37,4% para 25,9%, mas ainda assim essa fração continua elevada.”(Baltar e Leone, 2005).

No caso do emprego doméstico a porcentagem de homens é quase insignificante, dificultando a tomada de qualquer análise estatística. Apesar da diminuição na diferença de rendimentos, os homens ganham mais do que as mulheres e as maiores diferenças em favor dos homens ocorrem entre os trabalhadores por conta-própria e os empregadores (Baltar e Leone, 2005). As mulheres tiveram mais avanços no segmento assalariado (emprego formal e emprego não-formal), que, no entanto, proporciona menores salários quando comparado a outros segmentos como os empregadores, por exemplo.

Tabela 5⁴

Ocupados em serviços domésticos segundo tipo de ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1992, 1995, 1999 e 2001

Ocupações	1992	1995	1999	2001
	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
Arrumadeira	0,2	0,2	0,6	0,0
Babá	6,7	6,9	6,4	7,8
Cozinheira	2,0	0,7	0,6	1,5
Diarista	17,3	22,1	15,3	13,5
Lavadeira	3,0	3,3	1,1	1,5
Governanta/Mordomo	0,6	1,1	0,3	0,4
Serviços Domésticos	67,6	62,4	71,5	71,4
Atendente Doméstico	2,6	3,3	4,2	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992, 1995, 1999 e 2001

Podemos observar pelos dados da tabela 5 que a principal ocupação no emprego doméstico são os *serviços domésticos* que incluem as mensalistas com e sem carteira. As mensalistas sem carteira, por sua vez, possuem um dos perfis mais precários e os menores rendimentos dentre as várias formas de inserção na RMSP. A participação dessa ocupação aumentou no decorrer da última década alcançando 71,4% dos ocupados em 2001 frente a 67,6% em 1992. Esse aumento da participação do serviço doméstico veio acompanhado da redução da categoria *diaristas*, contrariando a afirmação de que o emprego doméstico perdeu seu caráter pessoal tradicionalista com o processo de urbanização e industrialização, ou seja, as empregadas domésticas continuam trabalhando, majoritariamente, em apenas um domicílio, estabelecendo, assim, uma relação mais “estreita” com seus patrões. Outro dado que chama a atenção foi o grande crescimento do emprego doméstico no período 1992-2001 da ordem de quase 62%. Esse aumento de 62% se refere ao aumento no número de empregados domésticos que passou de 395.715 em 1992 para 640.139 em 2001. Esse número é um importante indicador do processo de precarização do mercado de trabalho na RMSP no período. É claro que se deve considerar o aumento da população e do mercado de trabalho (criação de vagas), mas mesmo assim o emprego doméstico teve crescimento na

⁴ Conferir números absolutos referentes a esta tabela no apêndice deste trabalho.

última década. Como vimos na tabela 2, o número de ocupados no emprego doméstico aumentou 2 pontos percentuais no período 1992-2002.

Reduzindo o intervalo de tempo, verificamos que o maior aumento ocorreu entre 1992-1995⁵ (crescimento de 28,18%), justamente o período em que a reestruturação produtiva ocorreu de forma mais intensa. No período 1995-1999, caracterizado pela estabilização econômica do Plano Real, o emprego doméstico teve um crescimento menos acelerado da ordem de 9%. Já no período seguinte (1999-2001), caracterizado mais intensamente pelas instabilidades financeiras tanto no Brasil quanto em outros países como a Rússia e pela estagnação econômica e desemprego, o emprego doméstico volta a ter um crescimento mais acelerado de quase 16%.

Outra consideração que se deve fazer é que o serviço doméstico remunerado é um setor predominantemente feminino. Em 2001, segundo dados da PNAD, 95% dos empregados domésticos eram do sexo feminino. Estes dados confirmam o caráter tradicional desse setor em que as mulheres ainda são tidas como responsáveis por lavar, passar, cuidar de crianças e velhos tanto no âmbito familiar quanto no do trabalho remunerado.

Tabela 6

**Ocupados em serviços domésticos segundo tipo de ocupação e rendimento médio
Região Metropolitana de São Paulo – 1992,1995,1999 e 2001⁶**

Ocupações	1992 Rendimento	1995 Rendimento	1999 Rendimento	2001 Rendimento
Arrumadeira	363,6	833,0	250,7	0,0
Babá	224,1	207,5	248,4	192,7
Cozinheira	291,5	567,9	522,7	514,7
Diarista	215,5	405,9	323,7	301,4
Lavadeira	134,2	275,6	182,5	146,6
Governanta/Mordomo	379,0	660,3	582,7	956,5
Serviços Domésticos	221,3	309,0	326,1	317,8
Atendente Doméstico	351,7	843,6	570,9	552,6
Total	223,9	346,8	332,0	317,8

Fonte: PNADs 1992, 1995, 1999 e 2001

⁵ Deve-se levar em consideração que o ano de 1992 não é uma base de comparação estável dadas as peculiaridades de forte recessão e graves problemas econômicos e políticos ocorridos neste ano.

⁶ Foi utilizado Deflator para rendimentos da PNAD: INPC obtido no site do IPEADData para o ano de 2002.

Os dados da tabela 6 indicam que no período 1992-2001 o rendimento médio do emprego doméstico apresentou um crescimento positivo de 42%, passando de R\$223,85 em 1992 para R\$317,8 mensais em 2001. No entanto, segmentando esse período em vários intervalos, observamos que só houve crescimento no rendimento médio dos empregados domésticos no intervalo de 1992 a 1995. Foi nesse período que ocorreu a implantação do Plano Real que promoveu ganhos reais nos salários médios dos trabalhadores nos primeiros anos do plano. O crescimento neste intervalo também se deve ao fato de que o ano de 1992 se caracterizou por forte queda do PIB. Desta forma, o crescimento do rendimento médio no emprego doméstico remunerado é reflexo da recuperação em relação a 1992. Este aumento de rendimento ocorreu para todas as ocupações no mercado de trabalho e não só para o emprego doméstico.

Usando como base o ano de 1995 ou o de 1999, que não foram caracterizados por forte crise econômica e baixíssimo crescimento do PIB como em 1992, observamos que houve queda do rendimento médio das empregadas domésticas. No intervalo de 1995 a 2001 houve redução de 8,35% no salário médio mensal dos empregados domésticos. Quando usamos como base o ano de 1999, houve queda de 4,26% no rendimento médio do emprego doméstico quando comparado a 2001. Esta queda é menor do que quando usamos como base o ano de 1995 porque o ano de 1999 já é caracterizado por várias crises financeiras e macroeconômicas, com sérias conseqüências sobre o mercado de trabalho. Por isso, podemos dizer que o aumento de 42% no rendimento dos empregados domésticos no período 1992-2001 se deveu unicamente ao crescimento de 55% no intervalo dos anos de 1992 a 1995, pois nos demais intervalos houve queda do rendimento médio.

Levando em consideração a heterogeneidade entre os anos estudados, podemos observar variação positiva do rendimento para todas as ocupações no emprego doméstico remunerado, exceto para as *babás* que tiveram rendimento médio retraído em 14% no período 1992-2001. O rendimento médio das *diaristas*, assim como o de *serviços domésticos*, tiveram crescimento considerável no período, da ordem de 40% e 43,6% respectivamente. Pelos dados observamos que a categoria *lavadeiras* é a que apresenta menores rendimentos em quase todos os anos analisados e também a que apresentou menor crescimento do rendimento no período 1992-2001 (crescimento de apenas 9,2%, quando

comparado ao crescimento de 40% nos *serviços doméstico*). Isso se torna claro quando levamos em consideração que a atividade das lavadeiras é desvalorizada socialmente por não exigir nenhuma qualificação do trabalhador, mas sim um enorme esforço braçal. Em contraposição às *lavadeiras* temos a categoria *Governanta/Mordomo*, que apresenta os maiores rendimentos do setor em quase todos os anos analisados. No ano de 2001, por exemplo, o rendimento médio dessa categoria é cerca de 6,5 vezes maior que o das lavadeiras. O fato de governantas ou mordomos serem empregados de famílias abastadas e terem maior nível de qualificação, já que sua função é de coordenar o trabalho dos demais serviçais da casa, talvez explique seus maiores rendimentos. No entanto, observamos que a categoria que tem maiores rendimentos (*governanta/mordomo*) é também a que possui menor participação no emprego doméstico.

Tabela 7

**Distribuição das empregadas domésticas segundo faixas rendimento-hora
Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2002**

Faixas de salário-hora	1992	2002
	Porcentagem	Porcentagem
menos de 1	33,6	12,2
de 1 até 2,99	61,6	70,3
de 3 até 4,99	4,1	14,1
de 5 até 9,99	0,5	3,0
mais de 10	0,3	0,5
Total	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2002

A tabela 7 mostra o rendimento das empregadas domésticas ponderado pela jornada de trabalho, revelando uma condição mais real sobre o emprego doméstico. Como já ressaltado na seção anterior o rendimento no emprego doméstico teve um crescimento substancial no período de 1992 a 2001, mas mais devido à base de comparação do ano de 1992 do que a um efetivo ganho salarial real. Este crescimento se referiu mais a uma recuperação em relação a 1992. No período 1995-2001, ao contrário, houve queda salarial para os empregados domésticos.

Apesar disto, observamos uma diminuição de 21 pontos na porcentagem de empregadas domésticas que ganha menos de 1 salário mínimo. Em 1992 esta porcentagem era de 33,6%, evidenciando a enorme precariedade deste segmento de trabalho. Esta queda está relacionada ao aumento no grau de formalização do emprego doméstico remunerado (ver tabela 8) e ao aumento da idade média das empregadas domésticas (ver tabela 11). Mulheres mais maduras exigem maiores direitos do que as jovens pois estas se submetem à informalidade para terem maiores chances de ingresso e permanência no mercado de trabalho.

No entanto, mesmo com a queda, a porcentagem de mulheres com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo continua elevada. Em 2002 esta porcentagem era de 12,2%, porcentagem ainda considerável visto que as condições mínimas de sobrevivência não podem ser atendidas com menos de 1 salário mínimo.

A fragilidade e precariedade do emprego doméstico são mais claramente evidenciadas quando mostramos que no ano de 2002, 82,5% das empregadas domésticas ganhavam menos de 3 salários mínimos. Menos de 4% ganhavam 5 ou mais salários mínimos. A situação em 1992 era ainda mais dramática com menos de 1% das empregadas domésticas ganhando 5 ou mais salários mínimos. Neste mesmo ano, 95,2% das empregadas domésticas ganhavam menos de 3 salários mínimos, ou seja, quase a totalidade destas mulheres.

Portanto, apesar do crescimento entre 1992 e 2002 no número de empregadas domésticas com rendimentos maiores que 1 salário mínimo, a situação no emprego doméstico remunerado continua sendo caracterizada por baixíssimos salários, o que é um indicador mais do que suficiente para se concluir que estas mulheres vivem em condições precárias de trabalho e de vida.

Tabela 8

Distribuição em serviços domésticos segundo grau de formalização

Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2001

Grau de Formalização	1992		1995		1999		2001	
	Porcentagem	Rendimento	Porcentagem	Rendimento	Porcentagem	Rendimento	Porcentagem	Rendimento
Com carteira	29,0	258,0	27,0	258,3	35,0	319,9	34,0	357,2
Sem carteira	71,0	188,9	73,0	196,8	65,0	231,3	66,0	253,7
Total	100,0	208,8	100,0	213,6	100,0	263,0	100,0	289,1

Fonte: PNADs 1992, 1995, 1999 e 2001

A tabela 8 nos mostra que o grau de formalização do emprego doméstico no período analisado (1992/2001) aumentou, passando de uma proporção de 29% de domésticas com carteira assinada em 92 para 34% em 2001. Diminuindo a extensão dos períodos, no entanto, podemos observar que nos primeiros anos da década de 90 houve um aumento da proporção das *sem carteira*, ou seja, da informalidade, passando de 71% em 1992 para 73% em 1995. Assim, foi o período de 1995 a 1999 o responsável pelo aumento do grau de formalização do setor pois a proporção das *com carteira* passou de 27% em 1995 para 35% em 1999, um crescimento considerável de oito pontos percentuais. O aumento da formalização nesse período pode ser explicado pelos ganhos reais obtidos através dos primeiros anos do Plano Real os quais permitiram uma maior demanda da classe média brasileira por serviços domésticos. Já em 2001 a informalidade volta a crescer, a proporção das *com carteira* cai 1 ponto, passando para 34% do total, confirmando que o grau de formalização do emprego doméstico se deu no período de 1995 a 1999.

Quanto aos rendimentos, observamos que os das *com carteira* são maiores que os das *sem carteira* em todos os anos considerados, indicando que relações frágeis de trabalho significam também baixos salários percebidos. Em 1992 o rendimento das *com carteira* era 36,6% maior que o das *sem carteira*, diferença essa que se acentuou em 2001: o salário das *com carteira* passou a ser 40,8% maior. Verificou-se também, nos períodos estudados, aumento de rendimento para todas as empregadas domésticas, tanto para as *com carteira* como para as *sem carteira*. No entanto, o crescimento se deu mais intensamente para as *com carteira*. No período 1992-2001 o rendimento das *com carteira* cresceu 38,4% enquanto o das *sem carteira* cresceu 34,3%. Dessa forma, apesar dos avanços observados

(aumento do grau de formalização e dos rendimentos), o setor de emprego doméstico continua sendo marcado pela informalidade, já que 66% das empregadas domésticas em 2001, mais da metade, continuam sem ter carteira assinada, ou seja, sem ter acesso aos direitos previstos pela Constituição, e pelos mais baixos rendimentos do mercado de trabalho.

Tabela 9

**Ocupados em serviços domésticos segundo jornada semanal de trabalho
Região Metropolitana de São Paulo – 1992, 1995, 1999 e 2001**

Horas	1992	1995	1999	2001
Até 20	11,7	12,4	15,6	15,7
21 a 40	40,8	44,9	45,9	50,9
41 a 44	5,4	3,1	5,9	6,3
45 ou mais	42,1	39,6	32,6	27,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992, 1995, 1999 e 2001

Pelos dados da tabela 9 acima, concluímos que a jornada semanal de trabalho das domésticas diminuiu no decorrer dos anos analisados. Em 1992, 52,5% das trabalhadoras domésticas tinham jornada de trabalho de até 20 horas ou de 21 a 40 horas, porcentagem essa que se elevou para 66,5% em 2001, enquanto as jornadas semanais de trabalho mais pesadas tiveram sua participação reduzida: em 92, 47,5% das empregadas tinham jornada superior a 40 horas, já em 2001 essa participação se reduziu para 33,5%. A considerável redução na jornada de 45 ou mais horas (de 42,05% para 27,18%, uma redução de quase 15 pontos percentuais) talvez seja reflexo do maior grau de formalização que vem ocorrendo na RMSP na última década e da maior consciência, por parte das empregadas domésticas, de seus direitos como trabalhadoras.

A maior queda na participação das empregadas nessa jornada ocorreu justamente no período de maior formalização do emprego doméstico, ou seja, no período de 1995-1999 (queda de quase 7 pontos percentuais na jornada, consideravelmente superior às quedas apresentadas nos demais períodos). A queda na jornada de trabalho destas mulheres talvez também esteja relacionada à diminuição no número de empregadas domésticas que moram com seus patrões. Ao morar com seus patrões, estas mulheres declaram jornadas de

trabalho maiores pois trabalham do café da manhã até depois do jantar. Isto não acontece com empregadas domésticas que moram em suas próprias casas e com as diaristas que com a tendência de aumento de sua participação no emprego doméstico remunerado na última década, devem ter puxado as estatísticas de jornada de trabalho para baixo.

Apesar da considerável redução observada no período, 27,18% das empregadas domésticas trabalhavam 45 horas ou mais por semana na RMSP no ano de 2001, porcentagem de trabalhadoras nada desprezível dado que o emprego doméstico exige das trabalhadoras muito esforço físico. A intensidade do trabalho doméstico faz com que uma jornada de 45 horas ou mais de trabalho por semana seja bastante penoso para estas mulheres, sem contar que muitas delas realizam serviços domésticos em suas próprias casas, ou seja, muitas delas estão submetidas à dupla jornada de trabalho.

Tabela 10
Tempo de Serviço das Empregadas Domésticas
Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2002

Anos	1992	2002
	Porcentagem	Porcentagem
Até 1 ano	30,6	26,4
1 a 3 anos	34,8	38,4
4 a 6 anos	12,4	15,2
7 a 9 anos	6,5	5,8
10 a 12 anos	6,0	6,8
13 a 15 anos	2,5	2,5
mais de 15 anos	7,2	4,9
Total	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2002

O tempo de serviço de uma empregada doméstica também é uma importante variável para se analisar as características e estrutura do emprego doméstico. Como já dito anteriormente o emprego doméstico no Brasil tem características únicas por conta da herança escravocrata em que as famílias mais abastadas tinham escravas domésticas que realizavam todo tipo de serviço doméstico.

Portanto, uma característica fundamental do emprego doméstico no Brasil é a presença de empregadas domésticas que moram ou trabalham muitos anos para o mesmo patrão e praticamente fazem parte da família. Grande parte das empregadas domésticas no Brasil tende a ficar anos e anos com seus patrões, coisa que não acontece em países como os Estados Unidos onde o serviço doméstico remunerado é realizado por faxineiras e empresas especializadas que mantêm uma relação distante com seus clientes.

Desta forma, como mostra a tabela 10, em 1992 a porcentagem de empregadas domésticas que trabalhavam para seus patrões há 10 ou mais anos atingia a cifra considerável de quase 16%. Em 2002 esta porcentagem caiu para 14%, mas ainda permanece alta. Esta queda está bastante relacionada ao fato de que as famílias não têm mais condições financeiras de sustentar uma empregada doméstica durante muito tempo, trabalhando todos os dias da semana (empregadas mensalistas). Estas famílias apelam, portanto, para faxinas esporádicas (diaristas) e empresas de limpeza. Além disso, o estilo de vida do brasileiro cada vez mais se aproxima do estilo americano que não é compatível com relações estreitas entre patrão e empregadas domésticas.

No entanto, não podemos perder de vista que apesar de mudanças na estrutura do emprego doméstico este ainda conserva características herdadas do sistema escravocrata em que patrão e empregada doméstica mantinham laços estreitos de intimidade. O tempo de permanência no emprego doméstico remunerado, ainda bastante alto no Brasil, é um importante indicador destas características peculiares do emprego doméstico brasileiro.

2) Características Pessoais das empregadas domésticas

Este item tem por objetivo analisar as características pessoais das empregadas domésticas para a RMSP no período de 1992 a 2002, analisando as seguintes variáveis: faixa etária, grau de instrução e raça.

Tabela 11
Distribuição em serviços domésticos segundo faixa etária
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2001

Anos	1992	2001
	Porcentagem	Porcentagem
10 a 17	8,3	4,2
18 a 24	18,1	13,5
25 a 39	40,6	38,9
40 a 49	20,3	26,8
50 a 59	9,3	12,2
60 ou mais	3,4	4,4
Total	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2001

A análise por faixa etária da tabela 11 permite concluir que as empregadas domésticas são, cada vez mais, representadas por mulheres mais maduras. A faixa etária com maior participação é a de 25 a 39 anos, em todos os períodos analisados, mas vem perdendo posição para as faixas etárias superiores, ou seja, as mulheres com mais de 40 anos têm aumentado substancialmente sua participação no emprego doméstico. A faixa etária de 25 a 39 anos que tinha participação de 40,65% em 1992 passou para 38,96% em 2001, enquanto as faixas correspondentes às mulheres com mais de 40 anos passaram de 33% para 43,37% de participação no setor no mesmo período, ou seja, um aumento considerável de 10 pontos percentuais.

Esta constatação também é feita por Leone que afirma: “O significativo crescimento do serviço doméstico remunerado teve um papel importante na absorção de mulheres, principalmente as mais maduras que puderam permanecer nessa atividade econômica na falta de oportunidades ocupacionais” (Leone, 2003: 218).

O emprego doméstico infantil, apesar de ainda ser preocupante, caiu de 8,25% em 1992 para 4,15% em 2001 (faixa etária de 10 a 17 anos). Seguindo a tendência, a faixa seguinte, 18-24 anos, também apresentou queda na participação, passando de 18,1% em 92 para 13,52% em 2001.

Essa tendência de maior participação das faixas etárias mais avançadas mostra que o emprego doméstico está deixando de ser porta de entrada no mercado de trabalho para as mais jovens para se tornar uma opção de trabalho para as mulheres mais maduras, ou seja, o emprego doméstico não é mais o trampolim, mas sim uma opção permanente para muitas mulheres devido à falta de melhores oportunidades no mercado. A participação de mulheres com mais de 60 anos no setor, apesar de pequena, é crescente (de 3,42% em 92 para 4,42% em 2001), evidenciando que a falta de proteção para os idosos brasileiros está provocando sua continuidade no mercado de trabalho, muitas vezes em postos mal remunerados e precários como o emprego doméstico.

Tabela 12

**Distribuição em serviços domésticos segundo grau de instrução
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2001**

Anos de estudo	1992	2001
	Porcentagem	Porcentagem
1 a 7	85,1	64,9
8 a 10	11,5	23,0
11 a 14	3,0	11,3
15 ou mais	0,4	0,8
Total	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2001

Constatamos através dos dados da tabela 12 que o grau de escolaridade das empregadas domésticas aumentou nos anos analisados. Em 1992, 85,11% das empregadas domésticas tinham apenas de 1 a 7 anos de estudo, enquanto em 2001 esse percentual se reduziu para 64,93%, ou seja, uma queda considerável de 20 pontos percentuais.

Como contrapartida, houve aumento na participação das mulheres com 8 ou mais anos de estudo a qual passou de 14,89% em 92 para 35,08% em 2001, um aumento

considerável de 20,19 pontos percentuais. Esse aumento do grau de escolaridade no período analisado pode ser devido ao processo de precarização por que passa o mercado de trabalho porque, ao expulsar trabalhadores que antes conseguiam melhores colocações no mercado, obriga-os, agora, a se inserir em ocupações mais precárias como o emprego doméstico. Enfim, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, aumentando o nível mínimo de qualificação até mesmo para categorias ocupacionais precárias (vide a enorme confusão na seleção para garis ocorrida nos últimos anos no Rio de Janeiro onde até mesmo trabalhadores com segundo grau completo ou com ensino superior concorriam a uma vaga).

O aumento de escolaridade no emprego doméstico se deve, portanto, à tendência geral do mercado de trabalho onde os níveis de exigência e competição aumentam cada vez mais. De qualquer forma, o emprego doméstico continua sendo caracterizado pela sua baixa qualificação já que, apesar do aumento verificado, a maioria das domésticas (64,93%) continua em níveis baixos de escolaridade em contraposição a níveis mais elevados de 15 anos de estudos ou mais, os quais têm participação mínima destas mulheres empregadas domésticas (menos de 1% em todos os anos analisados).

Tabela 13
Distribuição em Serviço Doméstico segundo Raça
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002

Raça	1992	2002
	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem</i>
Indígena	0,0	0,3
Branca	43,4	50,2
Preta	10,1	11,0
Parda	46,5	38,5
Total	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2002

A apresentação desta tabela 13 tem o objetivo de caracterizar o perfil das empregadas domésticas na Região Metropolitana de São Paulo. Observamos que em 1992 a porcentagem de mulheres pardas e negras ultrapassava 50% das empregadas domésticas na região. Esta estatística reforça a afirmação de que o emprego doméstico é reduto de

mulheres, em grande parte negras e pardas, que tiveram dificuldade de acesso à educação e a melhor colocação no mercado de trabalho.

Em 2002 houve uma queda na porcentagem de mulheres pardas e negras no emprego doméstico, mas estas mulheres ainda constituem uma boa parte deste segmento precário. Esta redução no número de mulheres negras e pardas talvez possa explicar o fato de que mesmo as mulheres mais instruídas, em grande parte mulheres brancas, não encontrando melhor colocação no mercado de trabalho devido ao elevado desemprego imposto pela política macroeconômica do país tenham que apelar para ocupações mais precárias como o emprego doméstico.

3) As Famílias das empregadas domésticas

Este item tem por objetivo estudar a estrutura familiar das mulheres empregadas domésticas na RMSP no período de 1992 a 2002, analisando variáveis relacionadas a tipo de família, posição na família e tamanho médio da família.

Tabela 14

**Condição da empregada doméstica na Família (chefe, cônjuge, filho e outros)
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002**

Posição na família	1992 Porcentagem	2002 Porcentagem
Chefe	26,7	33,9
Cônjuge	42,1	45,4
Filho	11,4	8,3
Outros	19,8	12,4
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 1992 e 2002

A tabela 14 nos mostra que as tendências de reestruturação familiar observadas para a família brasileira também acontecem para as famílias das empregadas domésticas. A primeira tendência observada é o aumento do número de mulheres que chefiam suas famílias. A mulher brasileira tem assumido cada vez mais as responsabilidades de mãe e também a de provedor principal da família dado o elevado desemprego masculino que atingiu fortemente o emprego na indústria, um dos principais redutos dos homens.

No caso das famílias mais pobres isto é mais evidente pois a necessidade da mulher de se inserir no mercado de trabalho para complementar a renda da família é muito maior. Além disso, o número de mulheres abandonadas pelos seus companheiros é muito maior entre as pobres. Estas mulheres, geralmente com mais de um filho e com outros parentes agregados, são obrigadas a sustentar por conta própria a família, assumindo a posição de chefe.

Esta tendência pode ser observada no período de dez anos analisado neste trabalho. Enquanto no ano de 1992 a porcentagem de mulheres chefes de família era de 27%, em 2002 este porcentagem foi para 34%, significando um aumento considerável de 7 pontos

percentuais. No entanto, a porcentagem de mulheres empregadas domésticas cônjuges continua sendo a maior em 2002 assim como em 1992 significando que apesar da tendência de mudança na estrutura familiar nuclear, a família brasileira ainda mantém seus laços tradicionais predominantes. Além disso, o aumento no número de empregadas domésticas na posição do cônjuge também se deve a mudanças na pirâmide etária da população brasileira em que maior número de pessoas estão na idade de casar e constituem suas próprias famílias e ao fato de que as mulheres empregadas domésticas se caracterizam cada vez mais por serem mulheres mais maduras e, portanto, muitas vezes já casadas.

O número de empregadas domésticas jovens tem diminuído gradativamente devido ao fato de que o emprego doméstico deixou de ser um trampolim para o mercado de trabalho consolidando-se como ocupação permanente para aquelas mulheres que não conseguiram melhor posição no mercado de trabalho.

Além disso, o número de jovens que tem retardado a entrada no mercado de trabalho para estudar e assim galgar melhores posições tem aumentado nos últimos anos. Esta tendência pode ser observada nestas tabelas através da considerável redução na porcentagem de filhas, ou seja, na porcentagem de mulheres jovens. A porcentagem de filhas reduziu-se de 11% em 1992 para 8% em 2002, ou seja, uma redução de 3 pontos percentuais. Essa tendência de queda no número de pessoas na posição de filho não é, como já ressaltado, uma peculiaridade das empregadas domésticas, mas sim uma tendência geral. A queda da fecundidade e a saída dos filhos para morarem sozinhos ou constituírem suas próprias famílias são uma importante mudança na estrutura familiar brasileira, também observável, como mostram os dados, para as famílias das empregadas domésticas.

O que estas tabelas mostram é uma tendência de mudança na estrutura familiar das empregadas domésticas e no fundo revelam mudanças no papel da mulher na sociedade em geral.

Tabela 15

Tipo de Família da empregada doméstica (casal sem filhos, casal com filhos, mãe com filhos e outros)

Região Metropolitana de São Paulo 1992 e 2002

Tipo de família	1992	2002
	Porcentagem	Porcentagem
Casal sem filhos	8,2	9,0
Casal com filhos	54,9	52,8
Mãe com filhos	28,7	28,2
Outros tipos de família	8,2	10,0
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PNAD 1992 e 2002

A tabela 15 também nos mostra importantes tendências em relação a mudanças na estrutura das famílias em geral e das empregadas domésticas.

A primeira tendência observada é o aumento na porcentagem de *casais sem filhos* que teve um aumento de quase um ponto. Esta mudança, apesar de pequena, pode indicar uma redução na taxa de fecundidade das mulheres. No caso das mulheres empregadas domésticas este aumento foi pequeno e a porcentagem de *casais sem filhos* apesar de ter aumentado ainda é bastante pequena quando comparada a de *casais com filhos*. Isto indica que a condição de pobreza, uma constante no caso das empregadas domésticas, ainda se caracteriza por famílias numerosas apesar da tendência geral de redução da natalidade.

As mulheres pobres (e aí se inclui boa parte das empregadas domésticas) têm maior número de filhos quando comparado a mulheres de maior poder aquisitivo. Isto explica a porcentagem de *casais com filhos* dentre as famílias das empregadas domésticas que apesar da queda entre 1992 e 2002 ainda continua bastante elevada. Quase 53% das empregadas domésticas em 2002 se inseriam no tipo familiar *casal com filhos*.

O tipo familiar *mãe com filhos* teve uma pequena redução no período 1992-2002, o que parece não demonstrar uma tendência bem definida de reestruturação familiar. Era de se esperar um aumento neste tipo familiar devido ao aumento de mulheres chefes de família por conta de abandono por parte do companheiro e de divórcio. Talvez a situação de maior número de mulheres chefes de família se incluía mais especificamente no caso de

desemprego do homem em que a mulher tem de assumir a condição de provedor principal da renda da família.

Houve também um aumento na porcentagem de *outros tipos de família*, de 8,20% em 1992 para 10% em 2002. Estes dados mostram, também para as empregadas domésticas, uma tendência de maior heterogeneidade nos tipos familiares. Apesar de pouco considerável para o caso das empregadas domésticas, o tipo familiar *mulheres sozinhas*, que vem crescendo bastante nos últimos anos, talvez possa explicar parte do aumento na porcentagem de *outros tipos de família* para o caso das empregadas domésticas.

As tabelas cruzadas segundo tipo de família e posição na família também trazem conclusões importantes sobre a estrutura familiar das empregadas domésticas.

Tabela 16

**Dados cruzados entre condição na família e tipo de família das empregadas domésticas segundo tipo de família
Região Metropolitana de São Paulo 1992 e 2002**

	Casal sem filhos		Casal com filhos		Mãe com filhos		Outros	
	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002
Chefe	3,0	13,6	0,9	8,1	77,6	78,8	45,4	61,5
Cônjuge	72,7	69,5	65,8	74,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Filho	0,0	0	12,6	7,3	12,9	14,1	9,1	4,6
Outros	24,3	16,9	20,7	10,5	9,5	7,1	45,5	33,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 1992 e 2002

Através dos dados da tabela 16, observamos que no segmento de *mães com filhos* houve um aumento no número de chefes de família que passou de 77,59% em 1992 para 78,81% em 2002. Na mesma direção, o segmento *casal com filhos* também teve crescimento no número de chefes de família, um aumento bastante considerável de 7 pontos percentuais. Este aumento confirma a suposição de que as mulheres chefes de famílias são

aquelas que ingressam no mercado de trabalho para compensar a perda do emprego de seus companheiros e, portanto, perda da renda familiar. No segmento *casal sem filhos* também teve um considerável aumento de mulheres chefes de família de mais de 10 pontos percentuais o que também corrobora a hipótese apresentada acima. O aumento no número de empregadas domésticas chefes de *outros tipos de família* pode indicar crescimento no número de tipos familiares unipessoais femininos que é uma tendência geral observada para a família brasileira.

Em contrapartida a este aumento no número de chefes de família houve redução do número de filhas em quase todos os cruzamentos entre tipo de família e condição na família. Este fato reforça a também já citada hipótese de que o emprego doméstico é cada vez mais integrado por mulheres mais maduras que têm no emprego doméstico remunerado não mais um trampolim para o mercado de trabalho como no caso das jovens, mas sim a única opção encontrada em um mercado cada vez mais exigente. Esta é uma explicação bastante plausível para a diminuição de empregadas domésticas na posição de filhas, além da hipótese de queda da fecundidade e mudanças na pirâmide etária da população brasileira.

Tabela 17

**Dados cruzados entre condição na família e tipo de família das empregadas domésticas segundo posição na família
Região Metropolitana de São Paulo 1992 e 2002**

		Casal sem filhos	Casal com filhos	Mãe com filhos	Outros	Total
Chefe	1992	0,9	1,9	83,3	13,9	100,0
	2002	3,6	12,7	65,6	18,1	100,0
Cônjuge	1992	14,1	85,9	0,0	0,0	100,0
	2002	13,9	86,1	0,0	0,0	100,0
filho	1992	0,0	60,9	32,6	6,5	100,0
	2002	0,0	46,3	48,1	5,6	100,0
Outros	1992	10,0	57,5	13,7	18,8	100,0
	2002	12,4	44,4	16,0	27,2	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 1992 e 2002

A tabela 17 nos mostra o interessante dado que 65,61% das mulheres empregadas domésticas chefes de família são do tipo familiar *mãe com filhos*. Estas mulheres são

geralmente viúvas, mulheres divorciadas ou abandonadas por seus maridos e mãe solteiras. Por esse motivo, estas mulheres se vêem na posição de chefe de família ao terem que sustentar seus filhos sem ajuda financeira de uma figura masculina. No entanto, houve uma queda em relação a 1992. Neste ano, o número de mulheres chefes no tipo familiar mãe com filhos era ainda maior, atingindo a porcentagem de 83,33%. A queda de 83,33% para 65,61% em 2002 teve como contrapartida aumento no número de chefes no tipo familiar *casal com filhos*, que passou de 1,85% em 1992 para 12,67% em 2002, ou seja, um aumento considerável de quase 11 pontos percentuais. Estes dados reforçam a constatação de que as mulheres, principalmente as mais pobres, se vêem obrigadas a se inserir no mercado de trabalho para fazer frente ao desemprego de seus companheiros e à queda da renda real familiar. Esta situação se torna ainda mais crítica quando há a presença de filhos para se sustentar. A mulher ao ter que fazer frente a esta situação cada vez mais freqüente nos dias de hoje, acaba por se tornar a principal provedora da renda da família.

Tabela 18
Tamanho Médio da Família da Empregada doméstica
Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2002

Número integrantes	1992	2002
	Porcentagem	Porcentagem
1 a 3	43,8	51,6
4 a 6	45,3	42,8
7 a 9	9,2	4,6
10 a 12	1,7	0,7
mais de 12	0,0	0,3
Total	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2001

O número de integrantes é um bom indicador para se analisar as características estruturais da família. No caso específico das empregadas domésticas era de se esperar que as famílias fossem maiores do que as famílias de maior poder aquisitivo pois as mulheres

mais pobres, caso das empregadas domésticas, têm taxa de fecundidade maior que a das mulheres não-pobres.

Os dados da tabela 18 nos mostram que em 2002, 94,4% das famílias das empregadas domésticas eram compostos por até 6 integrantes, evidenciando que as famílias das empregadas domésticas não são tão maiores que famílias de maior poder aquisitivo. No entanto, o percentual de 5,6% de famílias de empregadas domésticas com 7 integrantes ou mais integrantes parece ser considerável quando comparado a outras famílias de maior poder aquisitivo reforçando a hipótese de que famílias pobres são mais numerosas.

Estas tabelas também comprovam a tendência geral de redução da natalidade no Brasil. No período entre 1992 e 2002 o número de famílias com 1 a 3 integrantes teve um aumento de quase 8 pontos percentuais, mostrando que até em famílias pobres como as das empregadas domésticas o número de integrantes está diminuindo consideravelmente devido ao maior acesso das mulheres a métodos contraceptivos, informações e educação sexual.

Não podemos ignorar que casos de gravidez precoce e dificuldade de acesso a métodos contraceptivos ainda são uma constante entre mulheres de menor poder aquisitivo, mas é inegável que a taxa de natalidade teve uma queda generalizada. A redução do número de famílias com 7 ou mais integrantes de 10,9% em 1992 para 5,6% em 2002, uma redução, portanto, bastante considerável, deixa está tendência bastante clara mesmo entre famílias pobres como as das empregadas domésticas.

Parte III

Considerações Finais:

O Brasil passou por um intenso processo de reestruturação produtiva na década de 90, decorrente do regime de liberalização econômica e da menor participação do setor público na economia nacional através do programa de privatizações. Este processo de reestruturação produtiva, aliado a um baixo crescimento econômico, causou importantes transformações no mercado de trabalho, criando um cenário de elevado desemprego e aumento da informalidade com redução de postos formais na Indústria.

Desta forma, o mercado de trabalho brasileiro passa por um processo de precarização em que ocorre regressão do emprego formal com aumento de ocupações por conta-própria e elevado desemprego. Na década de 90 foi o emprego doméstico, uma das atividades com menor remuneração e maiores taxas de informalidade, que mais criou vagas, respondendo por 23% de todas as vagas abertas.

A precarização do mercado de trabalho ocorrida nos últimos anos prejudica todos os trabalhadores brasileiros, mas as mulheres são especialmente afetadas por este processo. Isto ocorre porque o movimento de intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho ocorre justamente no período de crise das últimas décadas, ou seja, a maior participação feminina na atividade remunerada ocorre em um contexto econômico bastante adverso de elevado desemprego e crescimento do emprego informal.

A inserção feminina no mercado de trabalho ocorre justamente para fazer frente a este contexto econômico adverso em que homens de família perdem seus empregos tendo portanto, que contar com a ajuda de suas esposas para manter a renda familiar. Desta forma, o contexto das últimas décadas intensifica o movimento de entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho. Disto tem resultado um aumento na taxa de participação da mulher no mercado de trabalho e uma diminuição na taxa masculina. O aumento na atividade remunerada das cônjuges e na sua contribuição à renda da família tem evitado uma maior deterioração dos rendimentos familiares.

As mudanças que vêm ocorrendo na estrutura familiar brasileira também estão em grande parte relacionadas às mudanças observadas na economia e no mercado de trabalho. Para fazer frente a este novo contexto econômico as famílias brasileiras se reestruturam,

diminuindo o número médio de filhos, aumentando o número de mulheres no mercado de trabalho e, portanto, na posição de chefe de família e criando novos tipos de arranjos.

A queda da fecundidade da mulher e as conseqüentes mudanças na pirâmide etária da população brasileira e diminuição do número de pessoas na posição de filho(a) indicam que a mulher abdica de ter mais filhos para entrar no mercado de trabalho e fazer frente a uma situação de desemprego de seus companheiros. Deve-se ressaltar que este rearranjo familiar não se deve apenas a mudanças no mercado de trabalho, mas também a fatores culturais. O aumento de número de arranjos familiares unipessoais, por exemplo, muito se deve a famílias constituídas por mulheres solteiras e independentes. No entanto, apesar destas mudanças, a estrutura familiar brasileira ainda é majoritariamente constituída por casais com filhos.

Além de uma reestruturação na família brasileira, o processo de precarização do mercado de trabalho e do contexto econômico, também provocou mudanças no retrato da pobreza no Brasil. Observamos uma tendência de urbanização da pobreza e empobrecimento da classe média brasileira. A incidência da pobreza é maior entre os desempregados, os que têm emprego informal e os autônomos. As mulheres também estão mais suscetíveis à pobreza devido à dificuldade em atingir postos de trabalho de maiores salários e à inserção no mercado de trabalho em um momento de aumento da informalidade e do desemprego. Entre as mulheres, são as prestadoras de serviço, em grande parte as empregadas domésticas, que estão mais sujeitas à pobreza.

O emprego doméstico remunerado no Brasil se caracteriza por ser uma das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho. É o segmento que mais cresce no mercado de trabalho em momentos de recessão e elevado desemprego e o que mais emprega mulheres.

O capítulo empírico deste trabalho traz uma série de considerações sobre esta ocupação tipicamente feminina para a Região Metropolitana de São Paulo no período de 1992 a 2002.

O emprego doméstico na RMSP durante o período estudado apresentou crescimento, considerando que em 1992 empregava 15% das mulheres e em 2002, 17%. Houve também aumento no grau de formalização e no rendimento médio destas mulheres empregadas domésticas e queda na jornada semanal de trabalho. O aumento no grau de

formalização se deve ao relativo amadurecimento das mulheres inseridas neste segmento, pois este deixa de ser o trampolim para as mulheres mais jovens ingressarem no mercado de trabalho e passa a ser a única opção encontrada por mulheres mais velhas. As mulheres mais jovens em início de sua atividade profissional se submetem mais à informalidade. O aumento no rendimento médio vem também como resposta ao aumento no grau de formalização. A queda na jornada de trabalho também se deve ao maior grau de formalização, mas também à diminuição no número de empregadas que moram com seus patrões e, portanto, declaram jornadas de trabalho mais elevadas. De qualquer forma, o emprego doméstico continua caracterizado por frágeis relações de trabalho com 66% das empregadas domésticas sem carteira assinada em 2001 e por baixíssimos salários com 82,5% ganhando menos de 3 salários mínimos em 2002.

Além da tendência de amadurecimento das empregadas domésticas, observou-se também para este período uma tendência de maior grau de escolaridade. Esta observação muito se deve à tendência geral de aumento de escolaridade já que o mercado de trabalho cada vez mais se caracteriza por restrição de oferta de vagas, tornando-se mais competitivo e exigente, elevando o grau de escolaridade mesmo em postos precários como o emprego doméstico. O elevado grau de precariedade confere ao emprego doméstico remunerado no Brasil um rosto feminino e negro já que são as mulheres negras as que têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tendo, portanto, como única posição encontrada, o emprego doméstico e outras funções igualmente precárias.

Quanto às famílias das empregadas domésticas na RMSP para o período de 1992 a 2002, observamos as mesmas tendências estudadas para a família brasileira em geral. Houve aumento no número de empregadas domésticas na posição de chefe/cônjuge e como contrapartida, queda no número de filhas. Houve queda no tipo familiar *casal com filhos* e aumento nos tipos *casal sem filhos* e *outros tipos de família*. No entanto, quase 53% das empregadas domésticas em 2002 encontravam-se em tipos familiares de *casal com filhos*.

Nos tipos familiares *casal com filho* e *casal sem filho*, o número de empregadas domésticas assumindo o papel de chefe de família cresceu por volta de 5% entre 1992 e 2002, evidenciando a necessidade de a mulher se inserir no mercado de trabalho em uma situação de desemprego de seu companheiro. Outra constatação referente à família da empregada doméstica é a tendência, também já observada para a família brasileira em

geral, de diminuição de seu tamanho médio. Entre 1992 e 2002 , o número de famílias das empregadas domésticas com 1 a 3 integrantes aumentou quase 8 pontos percentuais.

O crescimento na última década de uma posição precária e desvalorizada socialmente como o emprego doméstico evidencia o processo de precarização do mercado de trabalho brasileiro. O estudo deste segmento, portanto, permite fazer considerações importantes sobre o processo de reestruturação do mercado de trabalho e caracterizar a inserção feminina na atividade remunerada já que o emprego doméstico é a principal ocupação das mulheres brasileiras.

Parte IV

Referências Bibliográficas:

- BALTAR, Paulo e LEONE, Eugênia (2005) *Ocupação e Rendimento dos Trabalhadores nas Metrópoles do Brasil: uma análise de gênero em 1992 e 2002*. Campinas: IE – Unicamp, Junho (mimeo).
- BARROS, Ricardo Paes De, HENRIQUES Ricardo e MENDONÇA, Rosane (2001) *A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil* IPEA Rio de Janeiro, Junho.
- BARROS, Ricardo Paes De, MENDONÇA, Rosane (1989) *Família e Distribuição de Renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho* IPEA Rio de Janeiro, Março.
- BRUSCHINI, Cristina (2000) Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios* São Paulo: Editora34.
- BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa (2002) Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. In: *Mulher e Trabalho* São Paulo, Fundação Seade.
- BANCO MUNDIAL (2001) *O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza* Volume I: Resumo do Relatório
- CARNEIRO, Ricardo (2002) *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX* São Paulo: Unesp.
- DIEESE (1998) *Anuário dos Trabalhadores* São Paulo, Janeiro e Fevereiro.
- DIEESE (2000) *Boletim Dieese* Edição Especial São Paulo, Março.
- DIEESE (2001) *A Situação do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Dieese.
- KON, Anita (2002) Qualificação e Trabalho: atributos de gênero e segmentação no Brasil In: *Coletânea do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*.
- LEONE, Eugênia (2000) A expansão do emprego feminino, na região metropolitana de São Paulo, nos anos 90 In: *Coletânea do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*.

- LEONE, Eugênia (2003) *O Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras*
 In: *Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos anos 90* São Paulo: Unesp
- LIBERATO, Vânia (1999) A dinâmica do serviço doméstico remunerado nos anos noventa no Brasil. In: *Coletânea do VI Encontro Nacional de Estudo do Trabalho, Abet.*
- MATTOSO, Jorge e POCHMANN, Marcio (1998) Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/Unicamp, n. 10, junho.
- MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael (2001) *Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998* Texto para discussão nº 788 IPEA Brasília, abril.
- MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael (2002) *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998* Texto para discussão nº 886 IPEA Brasília, junho.
- MELO, Hildete Pereira (1998) *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Texto de discussão nº565 Rio de Janeiro, junho.
- MELO, Hildete Pereira (1999) *Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino*. Uma análise dos grupos ocupacionais. OIT Brasil/IPEA.
- MELO, Hildete Pereira (2005) *Gênero e pobreza no Brasil Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Gênero em América Latina y El Caribe* CEPAL SPM Brasília, 2005
- MONTALI, Lilia (2000) *Trabalho e família: reestruturação produtiva e mudanças na divisão sexual do trabalho nos anos 90*. Campinas, NEPP/Unicamp
- MONTALI, Lilia (2004) *Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Mercado de Trabalho e Empobrecimento* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambu, setembro.
- PASTORE, José (1998) A dinâmica do mercado de trabalho. O Estado de São Paulo, 27/05/1998.
- POCHMANN, Márcio (2001a) *O desemprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho que o Brasil escolheu* São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, Márcio (2001b) *A Década dos Mitos* São Paulo: Contexto.
- QUADROS, Waldir (2003) *A evolução recente das classes sociais no Brasil*
 In: *Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos anos 90* São Paulo: Unesp

- ROCHA, Sônia (2004) *Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos?*
- SEADE (2001a) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n. 3, março.
- SEADE (2001b) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n.4, junho.
- SEADE (2001c) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n. 5, setembro.
- SEADE (2002a) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n. 7, março.
- SEADE (2002b) *Mulher & Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade, n. 8, junho.
- SEADE (2002c) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n. 9, setembro.
- SEADE (2002d) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n. 10, dezembro.
- SEADE (2003) *Mulher&Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade n. 11, fevereiro
- UNIFEM (2002) Revista *Maria, Maria* do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, ano 4 n°4. Brasília, setembro.
- WAJNMAN, Simone e PERPÉTUO, Ignez (1997) A Redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, UFMG, v.7 , n.1, maio.

Parte V

Apêndice⁷

Tabela 19

Ocupados em serviços domésticos segundo tipo de ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1992, 1995, 1999 e 2001

Ocupações	1992 Número	1995 Número	1999 Número	2001 Número
Arrumadeira	797	829	3.368	0
Babá	26.273	34.812	35.353	49.701
Cozinheira	7.962	3.316	3.368	9.427
Diarista	68.470	111.899	85.014	86.551
Lavadeira	11.946	16.577	5.890	9.426
Governanta/Mordomo	2.388	5.801	1.684	2.571
Serviços Domésticos	267.526	316.618	396.460	456.755
Atendente Doméstico	10.353	17.406	23.573	25.708
Total	395.715	507.258	554.710	640.139

Fonte: PNADs 1992, 1995, 1999 e 2001

⁷ Este apêndice mostra os dados absolutos das tabelas estudadas na parte II deste trabalho. Observa-se nas tabelas sobre raça e família uma diferença no número de empregadas domésticas em 1992 em relação ao número de 1992 nas tabelas sobre ocupação e características pessoais. Esta diferença se deve ao fato de que para o estudo de raça e família foram desconsideradas as empregadas domésticas que residem na casa de seus patrões.

Tabela 20**Distribuição das empregadas domésticas segundo faixas rendimento-hora
Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2002**

Faixas de salário hora	1992 ⁸	2002 ⁹
	Número	Número
menos de 1	105.100	64.860
de 1 até 2,99	192.681	373.352
de 3 até 4,99	12.740	74.838
de 5 até 9,99	1.592	15.797
mais de 10	796	2.494
Total	312.909	531.341

Fonte: PNAD's 1992 e 2002

Tabela 21**Ocupados em serviços domésticos segundo jornada semanal de trabalho
Região Metropolitana de São Paulo – 1992, 1995, 1999 e 2001**

Horas	1992	1995	1999	2001
	Número	Número	Número	Número
Até 20	46.182	62.999	86.696	100.263
21 a 40	161.631	227.932	254.213	325.642
41 a 44	21.498	15.749	32.829	40.276
45 ou mais	166.404	200.578	180.972	173.958
Total	395.715	507.258	554.710	640.139

Fonte: PNAD's 1992, 1995, 1999 e 2001

⁸ O sistema da PNAD identificou o correspondente a 8760 empregadas domésticas sem informação sobre rendimento hora.

⁹ O sistema da PNAD identificou o correspondente a 10810 empregadas domésticas sem informação sobre rendimento hora.

Tabela 22
Tempo de Serviço das Empregadas Domésticas
Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2002

Anos	1992 ¹⁰	2002 ¹¹
	Número	Número
Até 1 ano	97.933	143.023
1 a 3 anos	111.468	207.872
4 a 6 anos	39.810	82.322
7 a 9 anos	20.703	31.601
10 a 12 anos	19.110	36.586
13 a 15 anos	7.964	13.308
mais de 15 anos	23.089	26.608
Total	320.077	541.320

Fonte: PNAD's 1992 e 2002

Tabela 23
Distribuição em serviços domésticos segundo faixa etária
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2001

Anos	1.992	2001
	Número	Número
10 a 17	32.645	26.565
18 a 24	71.656	86.550
25 a 39	160.840	249.373
40 a 49	80.413	171.391
50 a 59	36.626	77.981
60 ou mais	13.535	28.279
Total	395.715	640.139

Fonte: PNAD's 1992 e 2001

¹⁰ O sistema da PNAD identificou o correspondente a 1592 empregadas domésticas sem informação sobre tempo de serviço.

¹¹ O sistema da PNAD identificou o correspondente a 831 empregadas domésticas sem informação sobre tempo de serviço.

Tabela 24

**Distribuição em serviços domésticos segundo grau de instrução
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2001**

Anos de estudo	1992	2001
	Número	Número
1 a 7	336.792	415.617
8 a 10	45.385	147.396
11 a 14	11.946	71.984
15 ou mais	1.592	5.142
Total	395.715	640.139

Fonte: PNAD's 1992 e 2001

Tabela 25

**Distribuição em Serviço Doméstico segundo Raça
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002**

Raça	1992	2002
	Número	Número
Indígena	0	1.662
Branca	139.336	271.916
Preta	32.645	59.863
Parda	149.688	208.710
Total	321.669	542.151

Fonte: PNAD's 1992 e 2002

Tabela 26**Condição da empregada doméstica na Família (chefe, cônjuge, filho e outros)****Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 2002**

<i>Posição na família</i>	1992 Número	2002 Número
Chefe	85.994	183.763
Cônjuge	135.349	246.133
Filho	36.627	44.904
Outros	63.699	67.351
Total	321.669	542.151

Fonte: PNAD's 1992 e 2002

Tabela 27**Tipo de Família da empregada doméstica (casal sem filhos, casal com filhos, mãe com filhos e outros)****Região Metropolitana de São Paulo 1992 e 2002**

<i>Tipo de família</i>	1992 Número	2002 Número
Casal sem filhos	26.280	49.062
Casal com filhos	176.750	286.048
Mãe com filhos	92.362	152.996
Outros tipos de família	26.277	54.045
Total	321.669	542.151

Fonte: PNAD's 1992 e 2002

Tabela 28

Dados cruzados entre condição na família e tipo de família das empregadas domésticas

Região Metropolitana de São Paulo 1992

Posição na família	Tipo de Família				Total
	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mãe com filhos	Outros	
Chefe	796	1.592	71.662	11.944	85.994
Cônjuge	19.114	116.235	0	0	135.349
Filho	0	22.298	11.941	2.388	36.627
Outros	6.370	36.625	8.759	11.945	63.699
Total	26.280	176.750	92.362	26.277	321.669

Fonte: PNAD 1992

Tabela 29

Dados cruzados entre condição na família e tipo de família das empregadas domésticas

Região Metropolitana de São Paulo 1992

Posição na família	Tipo de Família				Total
	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mãe com filhos	Outros	
Chefe	6.652	23.280	120.570	33.261	183.763
Cônjuge	34.091	212.042	0	0	246.133
Filho	0	20.792	21.617	2.495	44.904
Outros	8.319	29.934	10.809	18.289	67.351
Total	49.062	286.048	152.996	54.045	542.151

Fonte: PNAD 2002

Tabela 30
Tamanho Médio da Família da Empregada doméstica
Região Metropolitana de São Paulo 1992 – 2002

Número integrantes	1992	2002 ¹²
	Porcentagem	Porcentagem
1 a 3	140.934	261.102
4 a 6	145.705	216.188
7 a 9	29.457	23.284
10 a 12	5.573	3.326
mais de 12	0	1.663
Total	321.669	505.563

Fonte: PNAD's 1992 e 2002

¹² O sistema PNAD identificou o correspondente a 36.588 famílias de empregadas domésticas sem informação sobre número de integrantes da família.